

REP-05/2019



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,
RODRIGO MAIA.**

O **PARTIDO SOCIAL LIBERAL – PSL**, devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral e representação no Congresso Nacional, com sede no SHN, Quadra 02, Bloco F, Ed. *Executive Office Tower*, sala 1.122, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.702-906, neste ato representado por seu Presidente Nacional, Deputado Federal **LUCIANO BIVAR**, que abaixo subscreve, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 55, II, § 2º, da Constituição Federal de 1988 – CF/88; nos arts. 231, *caput*; 240, II; e 244, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD; e nos arts. 3º, VII; 4º, I; 5º, I, II, III e X; 4º, I; 9º, *caput* e § 3º; 10, III e IV; e 14, *caput* e § 1º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar – CEDP, formular a presente

REPRESENTAÇÃO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

com vistas à instauração de processo disciplinar, perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em desfavor dos Deputados Federais **EDMILSON RODRIGUES**, brasileiro, eleito pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e, **EXPEDITO NETTO**, brasileiro, eleito pelo Partido Social Democrático – PSD, em razão dos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

I – DA ADMISSIBILIDADE E LEGITIMIDADE DA REPRESENTAÇÃO

O Partido Social Liberal – PSL, agremiação que conta, nesta data, com representação política na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, é parte legítima para formular representações em face de parlamentares federais no exercício do mandato por quebra do decoro parlamentar, conforme autorizado pelo art. 55, § 2º, da Lei Maior, fazendo-se representar, neste ato, por seu Presidente Nacional, Deputado Federal Luciano Bivar, no exercício da competência que lhe atribui o art. 72, VII, do Estatuto Partidário.

1

RECEBI
Em 28/06/19 às 14h52 min
Rodrigo Maia P. 915679
Nome Ponto nº

Secretaria-Geral da Mesa SENO 12/01/2019 20:25
Ponto: 9124 Ass.: [assinatura]
Diretor: PSL



fossem instauradas em prejuízo à respeitabilidade institucional da Câmara dos Deputados e ao regular andamento dos trabalhos do Plenário.

Esse, aliás, foi o específico propósito do Deputado Edmilson Rodrigues, que se contrapôs de forma impetuosa e indecorosa à forma como a Deputada Geovânia de Sá conduzia a Sessão, desrespeitando sua autoridade e demonstrando disposição para tentar fazer valer sua posição individual por meio de xingamentos e atos muito próximos à efetiva violência física.

Isso é inadmissível no recinto do Plenário da Câmara dos Deputados, a merecer célere resposta dos órgãos disciplinares, para que isso não volte a acontecer. A inércia, nesse caso, apenas estimula comportamentos da espécie e pode colocar a honra e a imagem institucional da Câmara dos Deputados em estado de incontornável desprestígio e vulnerabilidade.

As notas taquigráficas, a seguir transcritas, corroboram o quanto alegado e comprovam o estado de ânimo belicoso dos Representados:

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Com a palavra o Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente.

É enganado como eles estão nervosos. Eles destruíram a educação no Brasil.

Aliás, o Deputado da Esquerda que falou esqueceu que ele mesmo participava de uma milícia da Esquerda montada dentro do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. O Ministério Público moveu uma ação.

Eles têm receita para tudo. Eles assaltaram o País, destruíram a nossa educação e agora vêm com esse papo, dizendo que estão reconstruindo a educação do País, a favor deles. É uma enganação! Nós sabemos disso.

Eles deveriam ter vergonha nessa cara!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente, eu fui ofendido pelo Deputado Frota. Eu queria 1 minuto, para o direito de resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Só um minutinho, Deputado.

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto, que solicitou a palavra. (Pausa.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Não, Sra. Presidente! É direito de resposta. Ele se dirigiu a mim, sem nenhum motivo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP) - Não tem direito de resposta. Ninguém citou o nome de ninguém.



A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Não houve desrespeito nenhum. Não houve citação.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Não houve? Foi dito: "O Deputado que acabou de falar participou de milícia".

Sra. Presidente, eu não aceito isso. V.Exa. não estava atenta, mas eu estava.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai, por 1 minuto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu nunca fui ao Colégio Dom Pedro II, e ele disse que eu participava de uma milícia lá! Ele me acusou de criminoso.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP) - Ninguém falou do senhor. A carapuça serviu?

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Não é debate político.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente, eu fui ofendido e acusado!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Edmilson, por favor, se V.Exa. puder subir aqui, nós conversamos.

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai, por 1 minuto. (Pausa.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente, eu tenho direito à resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Pedro Uczai, se V.Exa. puder usar a tribuna, eu agradeço. (Pausa.)

Deputado Nilto Tatto, V.Exa. pode ir à tribuna.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sr. Presidente, dê-me 1 minuto! É democrático. Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Após todas as inscrições para falar por 1 minuto, V.Exa. vai ter o direito.

Agora a palavra está com o Deputado Nilto Tatto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Não, Sra. Presidente! Eu fui ofendido e acusado!

(O microfone é desligado.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, caros colegas Parlamentares, aqueles que estão nos



acompanhando na Casa, hoje já está publicada, inclusive nos jornais, a carta que o Papa encaminhou ao Presidente Lula. A carta é um reconhecimento dessa liderança expressiva no âmbito internacional, que hoje, inclusive, faz falta no mundo inteiro.

Alguém aqui veio falar que de repente até Jesus Cristo perdoou não sei lá quem, mas eu venho aqui perguntar: será que algum dia algum líder religioso importante, sério vai mandar alguma carta, por exemplo, para Bolsonaro e sua família, para o Flávio Bolsonaro? Ali há o reconhecimento da injustiça de todo o processo da prisão política do Presidente Lula e do papel que ele exerceu no Brasil e no mundo todo.

Parabéns, Presidente Lula!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Edmilson, só um minutinho, deixe-me responder. Nós vamos analisar agora as notas taquigráficas, e, se V.Exa. realmente foi citado, se houve alguma ofensa, eu lhe darei o direito de resposta.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Edmilson, só um minutinho.

Faça a questão de ordem, então.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - O art. 74, inciso VII diz:

Art. 74. O Deputado só poderá falar, nos expressos termos deste Regimento:

.....
.....

VII - a juízo do Presidente, para contestar acusação pessoal à própria conduta, feita durante a discussão, ou para contradizer o que lhe for indevidamente atribuído como opinião pessoal.

Eu não fui citado nominalmente, mas após a minha fala o Deputado Alexandre Frota disse: "O Deputado que acabou de falar participou de uma milícia que se reunia na Escola" — a mais antiga escola da nossa República — "D. Pedro II, no Rio de Janeiro".

Primeiro, eu não sou do Rio. Segundo, eu nem conheço a escola. Eu teria muito prazer. Eu ainda vou visitar a escola que o Bolsonaro está tentando fechar e destruir com cortes, inclusive de recursos, numa tentativa de reprimir a liberdade acadêmica daquela escola tradicional, que, aliás, é premiada com as melhores qualidades do ensino.



Então, é uma violência tão grande e inadmissível que tenho o direito...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - V.Exa. já respondeu, Deputado. Estamos analisando, e, depois, eu dou o retorno.

Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai. (Pausa.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, estou fazendo uma questão de ordem!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - E atrapalhando a sessão!

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O Deputado Pedro Uczai tem 1 minuto. (Pausa.)

Eu vou fechar o painel agora.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP) - Isso não é questão de ordem, Presidente! Isso não é questão de ordem!

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Respeite o Regimento!

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Respeito a esta Presidência! Aqui não! E me respeitem! E me respeitem! Não é porque sou mulher que vão falar o que querem! Deus!

Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai, por 1 minuto. (Palmas.)

(Tumulto no plenário.)

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Se o Deputado Pedro Uczai não falar, eu passarei para o próximo, por 1 minuto.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aqui manifestar, como professor, como educador...

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Pedro Uczai, eu vou passar ao Deputado Giovani Cherini.

Deputado Pedro Uczai está finalizando o seu 1 minuto.

V.Exa. está com o microfone.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Eu estou tentando...



A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Um minuto está finalizando.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Então, está bom.

V.Exa., depois, então, encaminha a questão de ordem solicitada pelo Deputado Edmilson Rodrigues. Aí eu faço o uso de 1 minuto aqui.

Sra. Presidente, Srs. Deputados...

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Pedro, V.Exa. vai finalizar ou eu vou ter que chamar o próximo orador?

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, na condição de educador, professor, na Comissão de Educação, hoje, recebemos, de um lado, a perspectiva de vir o Ministro da Economia discutir Previdência; de outro lado, acontecia uma reunião com o Ministro da Educação, com reitores e outros Parlamentares, cujo conteúdo, entre outros, foi a afirmação de que a reforma da Previdência se dará pelo financiamento de 40 milhões, 10 milhões por semestre. Anteciparam de 4 para 2 anos recursos que vão comprar Deputados para aprovar a reforma da Previdência. Primeiro, a reforma da Previdência é criminosa contra o povo brasileiro.

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, nobre Deputado.

Nós vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Deputado, com todo o respeito, V.Exa. me chamou de fraca. E isso eu levarei para a frente, para o Presidente desta Casa. V.Exa. está me desrespeitando há algumas sessões. Eu não aceitarei isso!

Muito obrigada. (Palmas.)

Está encerrada a votação. (Pausa.)

Resultado da votação:

(...)

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Amigos, Deputadas e Deputados, não é com desrespeito...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu fui desrespeitado. Fui chamado de membro de milícia. Nem do Rio eu sou.



A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - *Acalme-se.*

Deputado Edmilson, eu estou analisando as notas taquigráficas.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - *Já conversei com V.Exa., Deputado Edmilson Rodrigues.*

Sempre tive respeito por todos.

Analisarei as notas taquigráficas, e, se V.Exa. sofreu alguma ofensa, eu darei o direito de resposta.

A calma sempre tive aqui.

Só peço um minutinho ao Plenário.

Nunca desrespeite ninguém.

Só um pouquinho, Deputado Edmilson Rodrigues. Eu preciso falar.

Sempre tive o maior respeito por todos os partidos, por todas as colegas Deputadas e Deputados. Eu só disse: "Deputado Edmilson, estamos analisando as notas taquigráficas. Tendo o direito de resposta, V.Exa. o terá". Pronto. Só isso.

Só é preciso que se acalmem. (Palmas.)

Não é com violência, não é com gritos que nós vamos resolver as coisas. Sempre cedi tempo para todos.

Só um pouquinho, Deputada Erika Kokay.

Em votação o parecer da Comissão Mista...

Deixe-me terminar de ler, e eu dou a palavra para questão de ordem as V.Exa., só 1 minutinho.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - *Eu tenho direito à questão de ordem.*

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - *Eu dou a palavra para questão de ordem, Deputado Edmilson Rodrigues.*

Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos art. 8º da Resolução nº 1º.

Para falar a favor, Deputada Perpétua Almeida.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP) - *Vem me tirar daqui! Vem me tirar daqui que eu quero ver.*



A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Deputado Alexandre...

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Peço espaço de Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Questão de ordem, Deputada Erika Kokay.

Deputado Alexandre...

Deputada Erika Kokay, questão de ordem.

Eu já chamo para falar favorável a Deputada Perpétua Almeida.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Roberto de Lucena votou de acordo com a orientação do partido.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Só 1 minutinho. A Deputada Erika Kokay está fazendo uma questão de ordem. Vamos ouvi-la?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Primeiro, o art. 71 deste Regimento Interno diz que um dos motivos para se suspender uma sessão é tumulto incontestável. É o que nós vimos aqui.

Mas eu me refiro a outro artigo e penso que tem que ser respeitado. É o art. 17, que diz respeito a podermos ter um tratamento dentro da urbanidade para com quem preside a própria sessão.

Penso que V.Exa. recebeu ataques que são nítidos na sua misoginia, ataques de ser caracterizada a sua postura como fraca, incompetente, que não conhece o Regimento. Duvido que isso seria dito se aí não estivesse uma mulher. (Palmas.)

Portanto, há uma misoginia nesse nível de ataque e preciso que esta Casa possa fazer valer o seu Regimento e diga que as mulheres neste País não são subalternas aos homens. E as mulheres que aqui estão têm que ter os mesmos direitos.

O art. 17 embasa a minha questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigada, Deputada Erika Kokay. Eu fico sensibilizada e agradeço muito. V.Exa. conhece a minha postura todos os dias aqui nesta Mesa.

Eu vou levar, sim, tudo o que foi citado neste plenário ao conhecimento do Presidente.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado Joseildo Ramos votou com o partido.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Está o.k.



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente, e a minha questão de ordem?

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Sra. Presidente, vamos dar continuidade à sessão?

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Sim, sim. Eu vou dar o tempo de Liderança ao Deputado Giovani Cherini.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Nós temos uma pauta extensa, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu tinha 3 minutos com base no art. 95, § 2º. Eu nem uso quase esse requisito da questão de ordem.

O Deputado Alexandre disse que não era em relação a mim que ele falava, mas quando ele usou a palavra, e eu pedi que ele fizesse autocrítica, disse: "O Deputado que acaba de falar organizava milícia no Colégio Dom Pedro II".

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Sra. Presidente, esse assunto está vencido!

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu nunca visitei o Colégio Dom Pedro II e até visitarei agora, porque é uma escola de grande valor não só de arquitetura, de grande valor histórico para o Rio de Janeiro e para o País.

Então, como eu me senti ofendido, eu queria ter 1 minuto. Acabou gerando toda essa polêmica, e eu, em nenhum momento, ofendi a Presidente. Apenas exigi o direito de fazer a questão de ordem para justificar o meu direito de contrapor a informação do Deputado Alexandre, que me foi dada ali, pessoalmente, fora do microfone. e espero que faça, porque eu nunca organizei...

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Sr. Presidente, nós temos uma pauta extensa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Por favor encerre, Deputado Edmilson.

(...)

É possível observar dos trechos da Sessão acima transcritos que em vários momentos houve o registro de "Tumulto no plenário", correspondendo justamente aos episódios de atrito inaugurados pelas condutas dos Representados.

O vídeo juntado a esta peça inicial traz o suporte probatório necessário apto a permitir o correto enquadramento das condutas dos Representados,



sendo oportuno frisar que somente por meio desse recurso audiovisual é possível analisar o comportamento do Deputado Expedito Netto, uma vez que as ofensas por ele praticadas escaparam do registro pelos microfones.

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A narrativa dos fatos demonstra que os Representados incorreram em conduta incompatível com o decoro parlamentar, violando os deveres e padrões éticos exigidos dos parlamentares desta Casa. Em concreto, afrontaram não apenas a honra e a dignidade da Deputada Geovânia de Sá e do Deputado Julian Lemos, diretamente envolvidos nas agressões, mas inegavelmente a própria imagem institucional da Câmara dos Deputados, que não pode mais ser tolerante com episódios de tamanho descontrole promovidos por parlamentares que literalmente tentam ganhar “*no grito*”.

Os atos praticados pelos Representados subsomem-se ao que previsto nos arts. 3º, VII; 4º, I; e 5º, I, II, III e X, do CEDP, caracterizando-se, por isso, como incompatíveis com o decoro parlamentar. Ademais, ferem a dignidade do mandato e revelam abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional, desbordando do mínimo de decoro exigível de qualquer Deputado e Deputada Federal.

A combatividade, virtude que todo parlamentar deve nutrir para o fiel cumprimento do mandato, encontra seus limites nas prerrogativas constitucionais e institucionais de seus pares e nas competências e atribuições dos órgãos do próprio Poder Legislativo e dos outros Poderes da República. Não se constrói uma democracia fora da Constituição.

O Deputado Edmilson Rodrigues, reconhecido pela energia com que defende suas bandeiras partidárias, extrapolou dolosamente os limites costumeiramente admitidos no âmbito desta Casa em matéria de decoro parlamentar, limites que, pode-se dizer, são já bastante elásticos e permissivos, mas, cabe salientar, não são inexistentes.

O respeito à autoridade do Presidente da Sessão é elemento básico de ordem no Plenário, dever que ganha especial significado quando quem está a exercer essa nobre função é uma colega Deputada Federal.

A leitura feita imediatamente pelos presentes na Sessão, pela própria Deputada Geovânia de Sá e por **inúmeras manifestações de solidariedade externadas por parlamentares que fizeram o uso da palavra no curso de Sessões posteriores** é de que o Deputado Edmilson Rodrigues tentou intimidar a Presidente para que acolhesse seu requerimento a qualquer preço, valendo-se, para esse fim, de sua posição de homem, alegadamente mais forte que a de mulher, elemento que provocou a justa reação do Deputado Julian Lemos, para



quem semelhante conduta é absolutamente inadmissível, mormente quando praticada dentro da Casa Legislativa que tem por dever fundamental promover a participação das mulheres na vida política da nação.

Com a mesma lente deve ser lida a conduta do Deputado Expedito Netto, que a todo tempo entoou voz depreciativa, juntamente com o Deputado Edmilson Rodrigues, contra a Deputada Geovânia de Sá, conforme testemunhos que podem ser colhidos dos que presenciaram o ocorrido.

Nesse triste espetáculo patrocinado pelos Representados, o Deputado Julian Lemos acabou funcionando como um para-raios da fúria alheia, vendo-se forçado a agir em defesa da própria dignidade, da Presidente da Sessão e do próprio Plenário.

As repercussões, portanto, são graves.

A perturbação da ordem (art. 5º, I, do CEDP), a quebra da regra de boa conduta (art. 5º, II, do CEDP), as ofensas morais a outro parlamentar e o desacato à Mesa (art. 5º, III, do CEDP), foram meros meios para a consecução do intento final dos Representados, consistente no dolo de romper com a independência da Deputada Geovânia de Sá e assim fazê-la se curvar às suas vontades individuais (art. 3º, VII, do CEDP), a configurar a inobservância intencional de dever fundamental do mandato (art. 5º, X, do CEDP) e o uso abusivo das prerrogativas asseguradas aos parlamentares em Sessão (art. 4º, I, do CEDP), sujeitando-os, assim, às penas de suspensão do mandato por até seis meses ou de perda do mandato, a teor dos §§ 1º e 3º do art. 14 do CEDP.

IV. DO PEDIDO

Ante o exposto, o Partido Social Liberal – PSL, requer:

- a) A admissão da presente Representação, para seu processo e julgamento pelo Plenário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, formulada em desfavor dos Deputados Edmilson Rodrigues e Expedito Netto;
- b) A notificação dos Representados de todos os atos do processo, para o exercício amplo do direito de defesa;
- c) A utilização de todos os meios de prova lícitos, com o fim de elucidar a natureza e o alcance dos fatos indecorosos imputados aos Representados;



- d) A aprovação de parecer no sentido da aplicação aos Representados das penas do art. 10, III ou IV, do CEDP, por violação aos arts. 3º, VII; 4º, I; e 5º, I, II, III e X, do mesmo Código;
- e) A remessa do processado à Mesa, para a inclusão do feito na Ordem do Dia do Plenário.

Brasília – DF, 11 de junho de 2019.

Deputado Federal **LUCIANO BIVAR**
Presidente da Executiva Nacional do Partido Social Liberal



JUSTIÇA ELEITORAL
CERTIDÃO

CERTIFICO que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **LUCIANO CALDAS BIVAR (Título Eleitoral: 005740680817)** é **PRESIDENTE (exercício: 01/01/2019 a 29/11/2019)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político:	PSL - 17 PARTIDO SOCIAL LIBERAL
Órgão Partidário:	Comissão executiva
Abrangência:	BRASIL - BR - Nacional
Vigência:	Início: 01/01/2019 Final: 29/11/2019
Código de Validação:	y5oh9VYuSFt0++DHpn2q8gOsB8Q=
Certidão emitida em:	10/06/2019 19:37:10

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL

ESTATUTO

TÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DO REGIME JURÍDICO, DA DURAÇÃO, DA SEDE E FORO E DOS FUNDAMENTOS

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E DO REGIME JURÍDICO
CAPÍTULO II - DA DURAÇÃO E DA SEDE FORO
CAPÍTULO III - DOS FUNDAMENTOS

TÍTULO II - DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA, DA IMPUGNAÇÃO E DO CANCELAMENTO

CAPÍTULO I - DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
CAPÍTULO II - DA IMPUGNAÇÃO
CAPÍTULO III - DO CANCELAMENTO

TÍTULO III - DOS DIREITOS E DEVERES DOS FILIADOS

CAPÍTULO I - DOS DIREITOS
CAPÍTULO II - DOS DEVERES

TÍTULO IV - DOS ÓRGÃOS DO PARTIDO

CAPÍTULO I - DE DELIBERAÇÃO
CAPÍTULO II - DE AÇÃO
CAPÍTULO III - DE DIREÇÃO
CAPÍTULO IV - DE AÇÃO PARLAMENTAR
CAPÍTULO V - DE COOPERAÇÃO

TÍTULO V - DAS CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO II - DA CONVENÇÃO NACIONAL
CAPÍTULO III - DAS CONVENÇÕES ESTADUAIS
CAPÍTULO IV - DAS CONVENÇÕES MUNICIPAIS

TÍTULO VI - DOS DIRETÓRIOS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO II - DO DIRETÓRIO NACIONAL

SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA DO DIRETÓRIO NACIONAL
SEÇÃO II - DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL
SEÇÃO III - DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL
SEÇÃO IV - DA COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

CAPÍTULO III - DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS

SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS
SEÇÃO II - DAS COMISSÕES EXECUTIVAS ESTADUAIS
SEÇÃO III - DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES EXECUTIVAS ESTADUAIS

SEÇÃO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO IV - DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS

SEÇÃO II - DAS COMISSÕES EXECUTIVAS MUNICIPAIS

SEÇÃO III - DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES EXECUTIVAS MUNICIPAIS

SEÇÃO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO V - DAS IMPUGNAÇÕES ÀS CHAPAS PARA DIRETÓRIOS

CAPÍTULO VI - DA REPRESENTAÇÃO DO PARTIDO PERANTE A JUSTIÇA ELEITORAL

TÍTULO VII - DOS ÓRGÃOS DE COOPERAÇÃO E AÇÃO PARLAMENTAR

CAPÍTULO I - DO CONSELHO DE ÉTICA, FIDELIDADE E DISCIPLINA PARTIDÁRIA

SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA

CAPÍTULO II - DO CONSELHO FISCAL

SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA

CAPÍTULO III - DO CONSELHO CONSULTIVO

SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA

CAPÍTULO IV - DAS SECRETARIAS

SEÇÃO I - DA SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA

SEÇÃO II - DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

SEÇÃO III - DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SEÇÃO IV - DA SECRETARIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

CAPÍTULO V - DOS DEPARTAMENTOS

CAPÍTULO VI - DO INSTITUTO OU FUNDAÇÃO DO PARTIDO

CAPÍTULO VII - DAS BANCADAS PARLAMENTARES

TÍTULO VIII - DA DISCIPLINA E FIDELIDADE PARTIDÁRIA

CAPÍTULO I - DA DISCIPLINA

CAPÍTULO II - DA FIDELIDADE

SEÇÃO I - DO PROCEDIMENTO

TÍTULO IX - DAS FINANÇAS E DA CONTABILIDADE

CAPÍTULO I - DAS FINANÇAS

CAPÍTULO II - DA CONTABILIDADE E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CAPÍTULO III - DO FUNDO PARTIDÁRIO

TÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO I - DAS CAMPANHAS ELEITORAIS E SUAS DESPESAS

CAPÍTULO II - DA FUSÃO, INCORPORAÇÃO E EXTINÇÃO

CAPÍTULO III - DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA E DO ESTATUTO

TÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DO REGIME JURÍDICO, DA DURAÇÃO, DA SEDE E FORO E DOS FUNDAMENTOS

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E DO REGIME JURÍDICO

Art. 1º. O Partido Social Liberal – PSL, organização política autônoma, com personalidade jurídica de Direito Privado e registro definitivo deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral em 02/06/1998, obteve o número 17 para todos os fins e efeitos eleitorais, sendo constituído nos termos do Art. 17 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, e, reger-se-á, por este Estatuto, seu Código de Ética, Disciplina e Fidelidade Partidária, suas Resoluções Internas, seu Regimento Interno, Instruções, Planos de Ação e demais Atos que forem baixados pelos seus órgãos competentes de deliberação, ação e direção.

CAPÍTULO II - DA DURAÇÃO E DA SEDE E FORO

Art. 2º. O Partido Social Liberal – PSL tem sede e foro na Capital da República e prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO III - DOS FUNDAMENTOS

Art. 3º. O Partido Social Liberal – PSL se declara social liberalista, considerado forte defensor dos direitos humanos e das liberdades civis, acreditando que o Estado possa exercer na economia o papel de regulador, a fim de garantir à população acesso de qualidade aos serviços públicos essenciais e fundamentais, como saúde, educação, segurança, liberdade, habitação e saneamento. Sua estrutura interna, organização e fundamento, se baseiam no respeito à soberania nacional, ao regime democrático, ao pluripartidarismo e aos direitos fundamentais da pessoa humana, observando as normas constitucionais e legais.

TÍTULO II - DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA, DA IMPUGNAÇÃO E DO CANCELAMENTO

CAPÍTULO I - DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 4º. O cidadão somente poderá filiar-se ao PSL, se estiver em pleno gozo de seus direitos políticos.

Art. 5º. A filiação será feita por meio de ficha, em modelo nacionalmente padronizado, com numeração seriada nacional única, assegurando-se a todos os interessados a publicidade do ato, o direito a impugnação e o direito de ampla defesa.

Parágrafo Único. A ficha de filiação será emitida em 04 (quatro) vias, datada e assinada no ato pelo interessado.

Art. 6º. A filiação far-se-á:

I - perante o Diretório Nacional e os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais ou Distrital, ou diretamente junto aos Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais ou Zonais em que o filiado for eleitor;

- a) será emitida ficha em 03 (três) vias se a filiação se fizer junto ao Diretório Nacional, ficando este com a primeira via em seus arquivos, remetendo as demais vias aos Diretórios ou Comissões Provisórias Regionais correspondentes que ficará com a segunda via para seus arquivos, encaminhando a terceira e quarta via aos Diretórios ou Comissões Provisória

Municipais ou Zonais que ficarão responsáveis pela efetivação ou não junto aos cartórios eleitorais;

- b)
 - c) será emitida ficha em 02 (duas) vias se a filiação se fizer nos Diretórios ou Comissões Provisórias Regionais, ficando estes com a primeira via em seus arquivos, remetendo as demais vias aos Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais ou Zonais que ficarão responsáveis pela efetivação ou não junto aos cartórios eleitorais;
 - d)
 - e) será emitida ficha em 01 (uma) vias se a filiação se fizer nos Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais ou Zonais que ficarão responsáveis pela efetivação junto aos cartórios eleitorais
 - f)
- II - via internet, através dos sites do Diretório Nacional e dos Diretórios ou Comissões Provisórias Regionais.

- a) sendo a filiação feita pelo site do Diretório Nacional, este enviará o pedido, via e-mail, para os Diretórios ou Comissões Provisórias Regionais, os quais deverão imprimir a ficha virtual em 02(duas) vias e anexar a uma ficha padronizada com numeração seriada nacional única, recebendo as duas fichas a mesma numeração, e posteriormente, após ficar com uma via, remeter a segunda aos Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais ou Zonais do domicílio eleitoral do filiado, os quais ficarão responsáveis pela efetivação ou não das filiações junto aos cartórios eleitorais;
- b)
- c) sendo a filiação feita pelos sites dos Diretórios ou Comissões Provisórias Regionais, estes deverão imprimir a ficha virtual em 02(duas) vias e anexar a uma ficha padronizada com numeração seriada nacional única, recebendo as duas fichas a mesma numeração, e posteriormente, após ficar com uma via, remeter a segunda aos Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais ou Zonais do domicílio eleitoral do filiado, os quais ficarão responsáveis pela efetivação ou não das filiações junto aos cartórios eleitorais.
- d)

§1º. A filiação ocorrendo junto ao Diretório Nacional, aos Diretórios ou Comissões Provisórias Regionais ou "on line" através de seus sites, somente será considerada efetivada após os Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais ou Zonais incluírem o nome do interessado na relação a ser enviada aos cartórios eleitorais.

§2º. Os membros filiados não respondem pelas obrigações contraídas em nome do PSL, ficando apenas os membros das Comissões Executivas responsáveis, solidariamente, por aquelas obrigações, pelo desvio ou abuso de poder e pelos atos praticados contra a Lei e o Estatuto.

Art. 7º. Se houver recusa dos Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais ou Zonais em receber a ficha do eleitor que se inscreveu, esta poderá ser entregue em 48 (quarenta e oito) horas ao órgão hierarquicamente superior, que a remeterá ao órgão correspondente.

Parágrafo Único. No mesmo dia em que a ficha de filiação for preenchida ou recebida pelos Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais ou Zonais, se fará publicar, em sua sede, edital de impugnação do eleitor que se filiou, contendo o nome, endereço, número do título de eleitor, zona e seção.

Art. 8º. Qualquer filiado ao Partido poderá impugnar pedido de filiação do interessado que se inscreveu, através de petição fundamentada, até 05 (cinco) dias após o ato de afixação da relação, assegurando-se ao impugnado igual prazo para contestar.

§1º. Não havendo impugnação por parte de filiado do Partido, considerar-se-á deferida a filiação do interessado que se inscreveu no Partido.

§2º. Deferida a filiação nos termos deste Estatuto, será entregue uma das vias ao eleitor filiado.

Art. 9º. Os Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais ou Zonais, através de seus Presidentes, na segunda semana dos meses de abril e outubro de cada ano, enviarão ao Juiz Eleitoral do seu respectivo Município ou Zonal, para arquivamento e publicação na imprensa oficial, relação atualizada, em duas vias, contendo os nomes de todos os seus filiados, da qual constará, também, o número dos títulos eleitorais e das Seções em que são inscritos e a data do deferimento das respectivas filiações, isentando os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais e o Diretório Nacional da responsabilidade por quaisquer inclusões ou exclusões indevidas de filiados nas respectivas relações que forem apresentadas e protocoladas nos Cartórios Eleitorais, bem como pela falta de atendimento ao que dispõe o *caput* do artigo 19 da Lei nº 9096/95.

§1º. Os Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais ou Zonais, através de seus Presidentes, ficarão obrigados a encaminhar aos Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais cópias das listas de filiados protocoladas em seus respectivos cartórios eleitorais em até 05 (cinco) dias úteis após os referidos protocolos.

§2º. O Tribunal Superior Eleitoral, através de sua Secretaria de Tecnologia da Informação, desenvolveu o FILIAWEB, sistema o qual os representantes partidários devidamente habilitados deverão operá-lo "on line", incluindo no quadro de filiados do partido pessoas interessadas e excluir os filiados que tenham solicitado, por escrito, suas respectivas desfiliações.

§3º. Os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais ficarão responsáveis em solicitar aos seus respectivos TREs a senha de administrador do FILIAWEB e, após devidamente habilitados, no próprio sistema, ficarão responsáveis em providenciar o cadastramento de operadores, tantos quantos forem necessários para operar o sistema em seus Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais ou Zonais.

CAPÍTULO II - DA IMPUGNAÇÃO

Art. 10. Havendo impugnação por parte de filiados do PSL, nos termos do art. 8º, a Comissão Executiva correspondente, dentro do prazo improrrogável de 05 (cinco) dias decidirá:

§1º. Caso a Comissão Executiva não se pronuncie dentro do prazo referido no *caput*, considerar-se-á deferida para todos os efeitos legais.

§2º. Da decisão denegatória da filiação, que será sempre motivada ou fundamentada, caberá recurso, no prazo 05 (cinco) dias à Comissão Executiva do órgão hierarquicamente superior.

§3º. As Comissões Executivas dos Diretórios ou Comissões Provisórias Regionais comunicarão aos Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais ou Zonais a que pertence o eleitor a decisão do julgamento dos recursos.

§4º. As decisões dos recursos pelos órgãos hierarquicamente superiores serão irrecorríveis.

Art. 11. Os Recursos interpostos nos casos de impugnação de filiações terão efeito suspensivo.

CAPÍTULO III - DO CANCELAMENTO

Art. 12. Dá-se o cancelamento automático da filiação partidária nas hipóteses de:

I - morte;

II - perda dos direitos políticos;

III - decisão política fundamentada da Comissão Executiva Nacional, *ad referendum* do Diretório Nacional;

IV - expulsão decorrente de processo disciplinar;

IV - desligamento voluntário;

V - filiação a outro partido.

VI - a confirmação da prática, desde que cumpridos todos os trâmites legais, de infidelidade partidária.

Art. 13. Para desligar-se do PSL, o filiado, obrigatoriamente, fará comunicação ao Diretório ou a Comissão Provisória Municipal ou Zonal em que pertencer.

Art. 14. O desligamento como filiado do PSL de mandatários de cargos eletivos proporcionais ou majoritários municipais só será válido se abonado pela Comissão Executiva do Diretório ou Comissão Provisória Regional do respectivo Estado e, de cargos eletivos proporcionais ou majoritários estaduais e federais, se abonado pela Comissão Executiva do Diretório Nacional.

Art. 15. O filiado deverá, obrigatoriamente, ser comunicado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, das decisões que impuser o cancelamento de sua filiação, previstos nos incisos III, IV e VI do art. 12.

TÍTULO III - DOS DIREITOS E DEVERES DOS FILIADOS

CAPÍTULO I - DOS DIREITOS

Art. 16. Aos filiados ao Partido assistem os seguintes direitos partidários:

I - disputar cargos públicos eletivos e cargos partidários, observadas as normas deste Estatuto, as resoluções baixadas pelo Partido e Lei Eleitoral em vigor;

II - ser votado para cargo eletivo e para cargo partidário, ressalvados os casos de inelegibilidade definidos em lei;

III - exercer cargos de natureza política na Administração Pública onde o Partido detiver o poder;

IV - manifestar-se sobre questões doutrinárias e políticas, desde que não conflitem com o regime democrático, com os princípios doutrinários e programáticos do Partido, com a Ética, Disciplina e Fidelidade, com o Estatuto ou com as diretrizes estabelecidas pelo órgão Nacional;

V - manifestar-se nas reuniões partidárias, firmando ponto de vista pessoal sobre questões doutrinárias e políticas de interesse do Partido;

VI - representar à autoridade partidária contra os que violarem este Estatuto e o Código de Ética, Fidelidade e Disciplina Partidária.

CAPÍTULO II - DOS DEVERES

Art. 17. São deveres dos filiados ao Partido:

I - defender, respeitar e fazer cumprir o regime democrático definido na Constituição Federal, o Estatuto, o Código de Ética, Disciplina e Fidelidade Partidária, as Resoluções, o Regimento Interno e os demais atos baixados pelo Partido;

II - difundir a doutrina e o programa do Partido;

III - trabalhar e votar pelos candidatos do Partido;

IV - participar das campanhas eleitorais, empenhando-se pela legenda do Partido;

V - pagar as contribuições determinadas por este Estatuto e estabelecidas pelos Diretórios Nacional e Estaduais ou Comissões Provisórias Estaduais, através de Resoluções Nacional ou Estadual, respectivamente.

TÍTULO IV - DOS ÓRGÃOS DO PARTIDO

CAPÍTULO I - DE DELIBERAÇÃO

Art. 18. São órgãos deliberativos do Partido:

I - a Convenção Nacional;

II - as Convenções Estaduais;

III - as Convenções Municipais.

CAPÍTULO II - DE AÇÃO

Art. 19. São órgãos de ação do Partido:

I - o Diretório Nacional;

II - os Diretórios Estaduais e Distrital;

III - os Diretórios Municipais e Zonais.

CAPÍTULO III - DE DIREÇÃO

Art. 20. São órgãos de direção do Partido as Comissões Executivas.

CAPÍTULO IV - DE AÇÃO PARLAMENTAR

Art. 21. São órgãos de ação parlamentar do Partido:

I - as bancadas do Senado Federal na Câmara dos Deputados;

II - as bancadas das Assembléias Legislativas dos Estados e do Distrito Federal;

III - as bancadas das Câmaras Municipais.

CAPÍTULO V - DE COOPERAÇÃO

Art. 22. São órgãos de cooperação do Partido:

I - o Conselho de Ética, Disciplina e Fidelidade Partidária;

II - o Conselho Fiscal;

III - Conselho Consultivo;

IV - as Secretarias de Formação Política, de Assuntos Jurídicos, de Relações Internacionais e de Assuntos Parlamentares;

V - os Departamentos Trabalhista, Estudantil, Feminino, Jovem, Melhor Idade, Ambiental e Rural;

VI - o Instituto ou a Fundação de Pesquisas, Doutrinação e Educação Política instituídos pelo Partido.

§1º. O Diretório Nacional poderá criar outros departamentos, comitês políticos, comissões e conselhos, mediante proposta devidamente justificada e sempre para atender ao interesse da participação política de grupos sociais expressivos.

§2º. Os Diretórios Estaduais poderão criar outros departamentos, comitês políticos, comissões e conselhos, desde que solicitado, por escrito, ao Diretório Nacional, acompanhado de exposição de motivos que justifiquem as referidas criações, tornando-se sem efeito legal os que forem criados sem a respectiva autorização, por escrito, do Diretório Nacional.

§3º. As Comissões Executivas do Partido poderão organizar comissões técnicas para estudos de assuntos de interesse da Administração Pública e de planos e programas de governo.

TÍTULO V - DAS CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 23. A Convenção Nacional é o órgão supremo do Partido e os diretórios estaduais e municipais constituem suas unidades orgânicas e fundamentais.

Art. 24. Compete a Comissão Executiva Nacional, por decisão da maioria de seus membros, a fixação das datas das Convenções ordinárias Municipais, Estaduais e da Nacional, destinadas à eleição dos respectivos Diretórios e escolha dos Delegados e respectivos suplentes.

§1º. Caberá ao Presidente do Diretório Municipal, Estadual e Nacional convocar as respectivas convenções, após decisão da maioria da Comissão Executiva respectiva.

§2º. Será de 02 (dois) anos a duração dos mandatos dos Diretórios Nacional e Estaduais, podendo ser prorrogados por igual período, tantas e quantas vezes forem necessárias, a critério da Comissão Executiva Nacional.

§3º. Será de 02 (dois) anos a duração dos mandatos dos Diretórios Municipais, podendo ser prorrogados por igual período, tantas e quantas vezes forem necessárias, a critério da Comissão Executiva Estadual.

§ 4º. Para a realização das Convenções, que elegerão Diretórios Estaduais ou Municipais, far-se-á necessário pedido de autorização, formulado por escrito, aos órgãos hierarquicamente superiores.

§ 5º. Consideram-se nulas quaisquer Convenções que não atendam ao disposto neste artigo e seus parágrafos.

Art. 25. As Convenções podem ser instaladas com a presença de qualquer número de convencionais.

Parágrafo Único. O voto é direto, sendo permitido o voto por procuração.

Art. 26. SEM EFEITO. (Conforme aprovação na Convenção Extraordinária Nacional realizada no dia 21/12/2011).

Art. 27. A convocação das Convenções deverá obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de nulidade:

I - publicação de edital na sede do Partido, na imprensa local ou, em sua falta, a afixação no Cartório Eleitoral da Zona, como também na Câmara Municipal, com a antecedência mínima de dez (10) dias;

II - indicação do lugar, dia e hora da reunião;

III - declaração da matéria objeto de deliberação incluída na pauta dos trabalhos;

IV - notificação pessoal, sempre que possível, daqueles que tenham direito ao voto, no mesmo prazo;

V - o número de membros e suplentes que será eleito no Diretório.

§1º. A Convenção para a eleição do Diretório terá início às 09:00 horas, prolongando-se pelo tempo necessário até às 17:00 horas.

§2º. No mesmo prazo, o Partido dará ciência ao Juiz Eleitoral, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Tribunal Superior Eleitoral, da realização da Convenção encaminhando cópia do edital.

§3º. Os livros de Atas das Convenções e reuniões dos Diretórios Municipais, Regionais e Nacional serão abertos e encerrados pelos respectivos Presidentes ou Secretários Gerais.

§4º. A lista de presença constará do próprio livro, antecedendo à ata.

Art. 28. Nos Estados onde não houver Diretório constituído ou houver ocorrido sua dissolução, a Comissão Executiva Nacional designará uma Comissão Provisória composta de no mínimo 07 (sete) e no máximo 11 (onze) eleitores do Estado, indicando no ato um presidente, um vice presidente, um secretário, um primeiro secretário, um tesoureiro, um primeiro tesoureiro e demais membros.

Art. 29. Nos Municípios ou Zonas Eleitorais onde não houver Diretório constituído ou houver ocorrido sua dissolução, a Comissão Provisória Estadual ou Comissão Executiva Estadual designará uma Comissão Provisória Municipal ou Zonal composta de no mínimo 07 (sete) e no máximo 09 (nove) eleitores do Município ou Zona Eleitoral, indicando no ato um presidente, um vice presidente, um secretário, um primeiro secretário, um tesoureiro, um primeiro tesoureiro e demais membros.

Parágrafo Único. As Comissões Provisórias designadas nos termos dos artigos 28 e 29 deste Estatuto terão validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo no respectivo Tribunal Regional Eleitoral, podendo ser prorrogadas, por igual período, tantas e quantas vezes forem necessárias, e destituídas ou modificadas a qualquer tempo, a critério dos órgãos hierarquicamente superiores.

Art. 30. Em qualquer Convenção para a escolha de Diretório somente será considerada eleita a chapa que venha a receber, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos votos dos Convencionais.

§1º. Não se constituirá Diretório se nenhuma das chapas concorrentes obtiver a votação prevista neste artigo.

§2º. Se houver uma só chapa, será ela considerada eleita em toda sua composição, desde que alcance 20% (vinte por cento), pelo menos, da votação válida apurada.

§3º. Atingindo, quaisquer das chapas concorrentes, o percentual previsto no caput, os lugares a preencher serão divididos proporcionalmente pelo número de votos que receberam e os lugares que resultarem de sobras aritméticas caberão a chapa mais votada.

§4º. As convenções serão realizadas nas sedes dos municípios e nas capitais, podendo, a critério das respectivas Comissões Executivas, no caso das Convenções Municipais, serem convocadas para qualquer distrito da jurisdição do município, e no caso das Convenções Estaduais, serem convocadas para qualquer município do Estado.

CAPÍTULO II - DA CONVENÇÃO NACIONAL

Art. 31. A Convenção para a eleição do Diretório Nacional realizar-se-á na Capital da República.

Parágrafo Único. A Convenção Nacional poderá ser realizada em outro estado, a critério da Comissão Executiva Nacional, sempre para atender interesse do Partido.

Art. 32. A constituição do Diretório Nacional dependerá da existência de Diretórios Estaduais, ou de Comissões Executivas Estaduais, constituídos em pelo menos 05 (cinco) Estados.

Art. 33. Constituem a Convenção Nacional do Partido:

- I - os membros do Diretório Nacional;
- II - os delegados de abrangência nacional;
- III - os representantes do Partido no Congresso Nacional.

Art. 34. Compete a Comissão Executiva Nacional, após análise, registrar as chapas de candidatos, em até 05 (cinco) dias anteriores à data de realização da convenção, com a seguinte composição:

- I - candidatos ao Diretório Nacional, em número igual ao de vagas a preencher;
- II - candidatos a suplentes do Diretório Nacional, em número equivalente a 1/3 (um terço) dos seus membros.

Art. 35. Compete a Convenção Nacional entre as normas já estabelecidas:

- I - votar o programa e o Estatuto do Partido;
- II - julgar os recursos interpostos das decisões do Diretório Nacional;
- III - indicar os candidatos do Partido ao cargo de Presidente e de Vice-Presidente da República, às eleições majoritárias;
- IV - resolver pelo voto de 2/3 (dois terços) dos convencionais sobre a extinção, fusão ou incorporação do Partido.

Art. 36. A Convenção Nacional reunir-se-á:

- I - ordinariamente, nas datas e para os fins previstos neste Estatuto;
- II - extraordinariamente, por convocação da maioria da Comissão Executiva, ou por 1/3 (um terço) dos Diretórios Estaduais, sempre que for necessário e por motivos justificados.

CAPÍTULO III - DAS CONVENÇÕES ESTADUAIS

Art. 37. A Convenção para a escolha do Diretório Estadual realizar-se-á na Capital do Estado ou conforme o §4º do artigo 30.

§ 1º. A realização das Convenções Estaduais deverá seguir os critérios estabelecidos no §4º do artigo 24.

§2º. No ato de encaminhamento ao órgão hierarquicamente superior, solicitando autorização para realização da Convenção, o Diretório ou Comissão Provisória Estadual deverá apresentar, obrigatoriamente, cópias do CNPJ do Partido, declaração de existência de conta corrente bancária do Partido ou comprovante de abertura e do comprovante de prestação de contas do Partido referente ao ano imediatamente anterior ao da realização da Convenção, sem os quais não se admitirá a realização da Convenção.

§3º. Serão consideradas nulas, de imediato, quaisquer Convenções realizadas em desobediência ao exposto neste artigo.

Art. 38. A organização do Diretório Estadual dependerá de diretórios constituídos em pelo menos 10% (dez por cento) dos Municípios e Zonas Eleitorais do Estado.

Art. 39. Constituem a Convenção Estadual:

I - os membros do Diretório Estadual;

II - os Delegados de abrangência regional;

III - os representantes do Partido no Senado Federal e na Câmara dos Deputados com domicílio eleitoral no Estado e na Assembléia Legislativa.

Art. 40. A chapa de candidatos poderá ser requerida pela Comissão Executiva Estadual ou, no mínimo por 20 (vinte) convencionais com direito a voto e a ser votado, até 05 (cinco) dias antes da realização da Convenção, com a seguinte composição:

I - candidatos ao Diretório Estadual, em número igual de vagas a preencher;

II - candidatos a suplentes do Diretório em número equivalente a 1/3 (um terço) dos seus membros;

III - candidatos a Delegados e suplentes, em igual número, à Convenção Nacional.

Parágrafo Único. É assegurado aos Diretórios Estaduais onde o Partido estiver organizado em definitivo, o direito a 02 (dois) Delegados.

Art. 41. Caberá ao Diretório Estadual comunicar ao Diretório Nacional o número de Delegados que foram escolhidos.

Art. 42. A Convenção Estadual reunir-se-á:

I - ordinariamente nas datas e para os fins previstos neste Estatuto;

II - extraordinariamente, por convocação da maioria de sua Comissão Executiva, por 1/3 (um terço) dos Diretórios Municipais e Zonais, ou da maioria da bancada na Assembléia Legislativa, sempre que for necessário e por motivos justificados.

Art. 43. Aplicam-se as Convenções Estaduais, no que couberem, as regras da Convenção Nacional.

CAPÍTULO IV - DAS CONVENÇÕES MUNICIPAIS

Art. 44. As regiões, unidades ou zonas administrativas, assim considerados por deliberação do respectivo Tribunal Regional Eleitoral, serão equiparados a Município para efeito de organização partidária.

Art. 45. A Convenção Municipal será realizada na sede do município ou conforme o §4º do artigo 30.

Art. 46. Pode constituir-se Diretório somente os Municípios em que o Partido conte, no mínimo, com o seguinte número de filiados em condições de participar da eleição:

- I - nos Municípios com até 10.000 eleitores.50 filiados
- II - nos Municípios de 10.001 até 50.000 eleitores.....75 filiados
- III - nos Municípios de 50.001 até 100.000 eleitores.....100 filiados
- IV - nos Municípios de 100.001 até 150.000 eleitores.....125 filiados
- V - nos Municípios de 150.001 até 200.000 eleitores.....175 filiados
- VI - nos Municípios de 200.001 eleitores em diante.....200 filiados

Art. 47. A cada grupo de pelo menos 15 (quinze) convencionais poderá ser requerido, por escrito, à Comissão Executiva Municipal, até 05 (cinco) dias antes da realização da Convenção, o registro de chapa completa, compreendendo:

- I - candidatos ao Diretório Municipal, em número igual ao de vagas a preencher;
- II - candidatos a suplente do Diretório Municipal, em número equivalente a 1/3 (um terço) dos seus membros;
- III - candidatos a Delegados e suplentes, em igual número à Convenção Estadual.

§1º. Havendo recusa por parte da comissão Executiva Municipal em registrar a chapa, os requerentes poderão representar junto a Justiça Eleitoral, em defesa de seus direitos líquido e certo.

§2º. Nenhum candidato poderá ser registrado em mais de uma chapa para eleição do Diretório, sob pena de serem considerados nulos os registros.

Art. 48. Cada Diretório Municipal terá direito a um Delegado onde o Partido estiver organizado em definitivo.

Art. 48A. Constituem a Convenção Municipal:

- I - os membros do Diretório Municipal;
- II - os representantes do Partido na Câmara de Vereadores.

Art. 49. A Convenção Municipal reunir-se-á:

- I - ordinariamente, nas datas e para os fins previstos neste Estatuto;
- II - extraordinariamente, por convocação da maioria da Comissão Executiva, por 1/3 (um terço) de seus filiados, ou da maioria da bancada na Câmara de Vereadores.

Art. 50. Aplicam-se as Convenções Municipais, no que couberem, as regras da Convenção Nacional e das Convenções Estaduais.

TÍTULO VI - DOS DIRETÓRIOS

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 51. Os Diretórios eleitos na forma deste Estatuto considerar-se-ão empossados, automaticamente, após a proclamação dos resultados, tendo 05 (cinco) dias de prazo para elegerem as Comissões Executivas.

Parágrafo Único. Os suplentes dos Diretórios serão convocados pelos respectivos Presidentes para substituírem, no caso de impedimento ou vaga, os membros efetivos com os quais se elegeram, observada a ordem de colocação nas respectivas chapas.

Art. 52. Os líderes do Partido nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal integrarão como membros natos, com direito de voz e de voto nas deliberações, respectivamente, nos Diretórios Municipais, Estaduais e Nacional.

Parágrafo Único. No caso de inexistência de líder, a vaga será suprida no Diretório pelo primeiro suplente e, na Comissão Executiva por um membro efetivo, enquanto perdurar esta.

Art. 53. O Diretório delibera com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria simples.

Art. 54. Na hipótese de dissolução ou cancelamento do Diretório Municipal, Estadual ou Nacional, será designada uma Comissão Provisória nos termos deste Estatuto, que elegerá um novo órgão que completará o mandato.

Parágrafo Único. No caso de dissolução do Diretório Nacional, pela Convenção, a esta caberá designar a Comissão Provisória para os fins previstos neste artigo.

Art. 55. O mandato dos membros do Diretório só se considera extinto com seu término, com a posse de seus substitutos eleitos em Convenção ou quando houver dissolução ou destituição.

Art. 57. Os Diretórios Estaduais ou as Comissões Provisórias Estaduais e os Diretórios Municipais ou as Comissões Provisórias Municipais que estiverem inadimplentes com até 02 (duas) Contribuições Partidárias Estaduais ou Municipais, consecutivas ou alternadas, não serão renovados.

Art. 58. A Direção Nacional deverá, obrigatoriamente, comunicar ao TSE sobre a não renovação dos Diretórios Estaduais ou Comissões Provisórias Estaduais.

Art. 59. Os Diretórios Estaduais ou as Comissões Provisórias Estaduais deverão, obrigatoriamente, comunicar aos seus respectivos TREs a não renovação dos seus Diretórios Municipais ou das suas Comissões Provisórias Municipais.

Art. 60. Os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais ficam obrigados a comunicar ao Diretório Nacional, e os Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais aos seus respectivos Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais, através de ofício, qualquer alteração de endereço, telefone ou de outros dados referentes a localização de sua sede e de seus membros, a fim de facilitar a comunicação entre seus representantes.

Art. 61. Os membros eleitos ou indicados para compor as Comissões Executivas Nacional, Estaduais e Municipais, só poderão tomar posse após apresentarem as suas respectivas Certidões de Antecedentes Criminais.

Art. 62. Os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais e Municipais deverão, obrigatoriamente, possuir CNPJ próprio e 02 (duas) contas correntes bancárias, uma para a movimentação de recursos próprios e outra para a movimentação de recursos do fundo partidário, devendo encaminhar até o dia 30 de abril de cada ano a sua prestação de contas anual a Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO II - DO DIRETÓRIO NACIONAL

Art. 63. O Diretório Nacional será composto de, no máximo, 101 (cento e um) membros e 33 (trinta e três) suplentes, eleito pela Convenção Nacional para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único. Somente poderá ser candidato a membro do Diretório, o filiado ao Partido até 15 (quinze) dias antes de sua realização.

Art. 64. A convocação do Diretório obedecerá aos requisitos constantes do artigo 27 deste Estatuto.

Art. 65. O Diretório Nacional reunir-se-á, ordinariamente, de acordo com calendário e local definidos, em conformidade com o previsto neste Estatuto.

Parágrafo Único. Na hipótese de vaga, por morte, renúncia ou impedimento legal, o suplente assumirá automaticamente para completar a composição do órgão.

Art. 66. SEM EFEITO. (Conforme aprovação na Convenção Extraordinária Nacional realizada no dia 21/12/2011).

Art. 67. Sempre que for necessário, o Diretório Nacional se reunirá para deliberar sobre aprovação do orçamento financeiro e do balanço contábil anual.

Parágrafo Único. O Diretório Nacional poderá delegar atribuições à Comissão Executiva Nacional.

SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA DO DIRETÓRIO NACIONAL

Art. 68. É de competência do Diretório Nacional:

- I - supervisionar a atuação do Partido, visando ao cumprimento de suas finalidades;
- II - aprovar o regimento Interno do Partido e o Regulamento Administrativo elaborados pela Comissão Executiva Nacional;
- III - aprovar o Plano Nacional de Ação Partidária;
- IV - aprovar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual;
- V - eleger os membros dos Conselhos, das Secretarias, dos Órgãos de Cooperação e de Direção Nacional;
- VI - estabelecer diretrizes através de resoluções a serem seguidas pelo Partido;
- VII - ajuizar representação perante a Justiça eleitoral contra Senadores e Deputados Federais que se opuserem às normas previstas neste Estatuto;
- VIII - julgar os recursos que lhe sejam interpostos de atos e decisões da Comissão Executiva Nacional ou de órgãos estaduais;

IX - autorizar a organização de fundação ou outro tipo de entidade para atender, de modo mais adequado, ao desempenho de determinadas finalidades culturais e políticas do Partido;

X - aplicar medidas disciplinares aos órgãos e aos filiados, na forma e disposição deste Estatuto.

SEÇÃO II - DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Art. 69. A Comissão Executiva Nacional é composta dos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Primeiro Vice-Presidente;

IV - Segundo Vice-Presidente;

V - Secretário-Geral;

VI - Primeiro Secretário;

VII - Segundo Secretário;

VIII - Tesoureiro Geral;

IX - Primeiro Tesoureiro;

X - Segundo Tesoureiro;

XI - Secretário de Formação Política;

XII - Secretário de Assuntos Jurídicos;

XIII - Secretário de Assuntos Parlamentares;

XIV - Secretário de Assuntos Internacionais;

XV - Quatro vogais;

XVI - o Líder da Bancada no Senado Federal;

XVII - o Líder da Bancada na Câmara dos Deputados;

XVIII - Sete suplentes da Comissão Executiva.

§1º. Os Suplentes serão convocados para as reuniões, na medida em que sejam necessários para completar a composição do órgão.

§2º. Na hipótese de vaga por morte, renúncia ou impedimento legal na Comissão Executiva, o Diretório, dentro de 30 (trinta) dias, elegerá o substituto entre seus membros efetivos.

§3º. Os Secretários de Formação Política, de Assuntos Jurídicos, de Relações Internacionais, de Assuntos Parlamentares ou de outras Secretarias que porventura sejam criadas, poderão participar das reuniões da Comissão Executiva Nacional como convidados, sem direito a voto.

Art. 70. A Comissão Executiva reunir-se-á em data previamente convocada ou, extraordinariamente, sempre que necessário, pelo Presidente, devendo, em ambos os casos, a comunicação ser expedida pelo próprio ou pelo Secretário Geral.

SEÇÃO III - DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Art. 71. Compete à Comissão Executiva Nacional entre outras atribuições que lhes forem delegadas pelo Diretório Nacional:

I - expedir resolução estabelecendo normas para escolha dos candidatos do Partido aos cargos majoritários e proporcionais às eleições gerais, nos termos em que a lei eleitoral vigente dispuser;

II - promover o processo de averbação das alterações programáticas e estatutárias no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e o seu conseqüente registro no Tribunal Superior Eleitoral, nos termos da Lei eleitoral vigente e em estrito respeito às determinações do Diretório Nacional, em conformidade com o art. 182;

III - promover o registro dos candidatos do Partido a Presidente e a Vice-Presidente da República na forma em que a lei eleitoral vigente dispuser;

IV - elaborar o calendário das atividades político-partidárias e praticar os atos necessários ao desenvolvimento da ação partidária;

V - propor ao Diretório Nacional a aplicação de pena disciplinar a filiados e a órgãos do Partido;

VI - elaborar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual, submetendo-o à apreciação do Diretório Nacional;

VII - encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral a prestação de contas até 30 de abril de cada ano;

VIII - providenciar o registro do Diretório e sua Comissão Executiva Nacional junto ao Tribunal Superior Eleitoral face às suas normas legais;

IX - autorizar a organização de fundação ou outro tipo de entidade para atender, de modo mais adequado, ao desempenho de determinadas finalidades culturais e políticas do Partido;

X - deliberar sobre casos omissos no Estatuto e praticar todos os demais atos necessários à direção do Partido.

SEÇÃO III - DA COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

Art. 72. Compete ao Presidente:

I - coordenar a execução do Projeto Político do Partido;

II - autorizar e assinar conjuntamente com o Tesoureiro as despesas ordinárias e extraordinárias, podendo, ambos, emitir procuração para um só terceiro;

III - presidir as reuniões da Comissão Executiva, bem como as Convenções;

IV - admitir e demitir os funcionários, após deliberação da Comissão Executiva;

V - ser o porta-voz do Partido;

VI - deliberar sobre questões urgentes, principalmente em caráter de emergência, ad referendum, da Comissão Executiva, inclusive decisões quanto à composição, registro e averbação de diretórios e comissões junto ao TSE;

VII - representar o Partido em juízo ou fora dele;

VIII - celebrar e manter acordos, convênios e intercâmbios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

IX - dirigir o Partido de acordo com as normas estatutárias e com as decisões dos seus órgãos deliberativos;

X - baixar Resoluções, Diretrizes e outros atos normativos ou executivos do Partido no âmbito da Jurisdição da sua competência;

XI - solicitar ao Conselho de Ética Partidária exame de conduta de órgão ou de filiado ao Partido, com manifestação à Executiva Nacional;

XII - elaborar o calendário de atividades partidárias, apresentando-o à Executiva Nacional;

XIII - preparar o Orçamento anual e o balanço financeiro, solicitando parecer do Conselho Fiscal.

XIV - proceder à anotação dos Diretórios Estaduais e Comissões Provisórias e suas respectivas Executivas perante a Justiça Eleitoral, após designadas pela Comissão Executiva Nacional;

XV - promover ato de dissolução dos Diretórios e Comissões Provisórias nos Estados ou Municípios, nos termos do estatuto em conjunto com a maioria da executiva nacional;

XVI - designar Comissões Provisórias, nos termos do estatuto.

Art. 73. Compete aos Vice-Presidentes:

I - substituir o Presidente em suas licenças ou ausências, na ordem de sucessão estatutária;

II - autorizar e assinar conjuntamente com o Tesoureiro Geral, quando do licenciamento ou da ausência temporária do Presidente, as despesas ordinárias e extraordinárias;

III - coordenar juntamente com o Presidente na condução da política interna do Partido, assim como na execução do Projeto Político do Partido;

IV - praticar as relações internas do Partido, inclusive tendo de ser consultado quanto à condução política e administrativa dos Diretórios e Comissões Provisórias Estaduais.

Art. 74. Compete ao Secretário-Geral:

I - secretariar as reuniões dos órgãos partidários e redigir suas atas, mantendo sob sua guarda os respectivos livros, desde que autorizado pelo Presidente;

II - manter cadastro atualizado dos membros do Diretório Nacional;

III - efetuar levantamento estatístico do número de filiados do Partido e divulgar os dados;

IV - substituir o Presidente, na ausência ou impedimento do Vice-Presidente e dos dois Vice-Presidentes;

V - providenciar o registro do Diretório e sua Comissão Executiva Nacional junto ao Tribunal Superior Eleitoral face às normas legais;

VI - proceder à anotação dos Diretórios Estaduais e Comissões Provisórias e suas respectivas Executivas perante a Justiça Eleitoral, após designadas pela Comissão Executiva Nacional;

VII - promover o processo de averbação das alterações programáticas e estatutárias no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e o seu conseqüente registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral, nos termos da Lei eleitoral vigente;

VIII - baixar Resoluções, Diretrizes e outros atos normativos ou executivos do Partido no âmbito da Jurisdição da sua competência;

IX - convocar, no caso de vacância, os suplentes na ordem de sua colocação na composição do órgão partidário;

X - autorizar e assinar conjuntamente com o Presidente, quando do licenciamento ou da ausência temporária do Tesoureiro Geral, as despesas ordinárias e extraordinárias;

XI - executar outras funções delegadas pelo Presidente.

Art. 75. Compete ao Primeiro e Segundo Secretários:

I - substituir o Secretário-Geral nos seus impedimentos ou ausências eventuais e cumprir as atribuições que lhes forem por este delegada;

II - organizar a biblioteca e o acervo documental do Partido;

III - organizar o trabalho de arregimentação partidária, mantendo atualizado o cadastro de filiados do Partido.

Art. 76. Compete ao Tesoureiro Geral:

I - desenvolver a gestão econômico-financeira dos Diretórios, adotando medidas para o aumento das receitas financeiras e garantir a efetividade das contribuições dos filiados;

II - ter sob sua guarda e responsabilidade o dinheiro, os valores e bens do Partido;

III - efetuar depósitos, recebimentos e pagamentos, assinando, conjuntamente com o Presidente ou Secretário-Geral, os cheques e demais documentos necessários à movimentação bancária, podendo emitir procuração para terceiros para fins de movimentação e transação bancárias;

IV - organizar o balanço financeiro do exercício findo e, após examinado e aprovado pelo Conselho Fiscal Nacional, encaminhá-lo ao Tribunal Superior Eleitoral, na forma da lei;

V - criar os mecanismos necessários para manter em dia os pagamentos devidos ao Partido;

VI - administrar o patrimônio social, sendo vedado adquirir, alienar, arrendar ou hipotecar bens sem prévia deliberação da Comissão Executiva Nacional.

Art. 77. Compete ao Primeiro e Segundo Tesoureiros substituir o Tesoureiro Geral nas suas ausências, podendo, inclusive, autorizar e assinar, conjuntamente com o Presidente, as despesas ordinárias e extraordinárias.

CAPÍTULO III - DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS

Art. 78. Os Diretórios Estaduais serão compostos de, no máximo, 51 (cinquenta e um) membros e 17 (dezesete) suplentes.

Parágrafo Único. Somente poderá ser candidato a membro do Diretório, o filiado ao Partido até 15 (quinze) dias antes de sua realização.

Art. 79. O Diretório delibera com a presença da maioria de seus membros efetivos.

§1º. A convocação do diretório obedecerá aos requisitos constantes do art. 27 deste Estatuto.

§2º. Na hipótese de vaga, por morte, renúncia ou impedimento legal, o suplente assumirá automaticamente para completar a composição do órgão.

Art. 80. Sempre que for necessário, o Diretório se reunirá para deliberar sobre aprovação do orçamento e do balanço financeiro anual.

Parágrafo Único. O Diretório poderá delegar atribuições administrativas à Comissão Executiva.

Art. 81. Perderá o mandato, automaticamente, o membro do Diretório que, sem justificativa, faltar a 05 (cinco) reuniões consecutivas, regularmente convocadas, cabendo a Comissão Executiva Estadual declarar a perda do respectivo mandato.

SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS

Art. 82. Compete aos Diretórios Estaduais:

- I - supervisionar a vida do Partido no Estado, visando ao cumprimento de suas finalidades;
- II - fazer cumprir o Regimento Interno do Partido;
- III - fiscalizar a execução das deliberações de Convenções;
- IV - ajuizar representação perante a Justiça Eleitoral contra Deputados Estaduais e Vereadores, que se opuserem às normas previstas neste Estatuto e, em virtude de Lei;
- V - julgar recursos que lhe sejam interpostos de atos e decisões da Comissão Executiva Estadual;
- VI - deliberar sobre atos e normas praticados pela Comissão Executiva submetidas à sua apreciação;
- VII - aplicar medidas disciplinares a órgãos partidários e a filiados na forma e disposições deste Estatuto;

SEÇÃO II - DAS COMISSÕES EXECUTIVAS ESTADUAIS

Art. 83. A Comissão Executiva Estadual é composta dos seguintes cargos:

- I - Presidente;
- II - Primeiro Vice-Presidente;
- III - Secretário-Geral;
- IV - Primeiro Secretário;
- V – Tesoureiro-Geral;

VI - Primeiro Tesoureiro;

VII - Dois vogais;

VIII - Líder da Bancada na Assembléia Legislativa;

IX - 05 (cinco) suplentes.

§1º. O suplente será convocado para as reuniões, na medida em que seja necessário para completar a composição do órgão.

§2º. Na hipótese de vaga, por morte, renúncia ou impedimento legal na Comissão Executiva, o Diretório dentro de 30 (trinta) dias, elegerá o substituto entre seus membros efetivos.

Art. 84. A Comissão Executiva reunir-se-á mediante convocação em data previamente estabelecida, nos termos constantes do presente estatuto, e, extraordinariamente, sempre que necessário pelo Presidente.

Parágrafo Único. Perderá, automaticamente, as funções na Comissão Executiva, o membro que deixar de comparecer sem justificativa a 05 (cinco) reuniões consecutivas.

SEÇÃO III - DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES EXECUTIVAS ESTADUAIS

Art. 85. Compete às Comissões Executivas, entre outras atribuições administrativas que lhes forem delegadas pelo Diretório Estadual:

I - administrar o Partido em sua ação político-administrativa e partidária;

II - convocar as Convenções e o Diretório Estadual;

III - requerer o registro do Diretório Estadual e da Comissão Executiva junto ao Tribunal Regional Eleitoral;

IV - designar, prorrogar, alterar, dissolver, retificar, intervir e ratificar todos os documentos pertinentes aos seus Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais perante o Tribunal Regional Eleitoral de seu Estado;

V - requerer o registro dos candidatos do Partido aos cargos majoritários e proporcionais, nos termos em que a lei eleitoral dispuser;

VI - propor ao Diretório a aplicação de pena disciplinar a órgão e a filiado partidário;

VII - elaborar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual;

VIII - encaminhar a prestação de contas até 30 de abril de cada ano ao Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 86. A competência dos membros das Comissões Executivas Estaduais equipara-se à competência dos membros da Comissão Executiva Nacional, restringindo as ações tomadas ao Estado ou Distrito Federal.

SEÇÃO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 87. Os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais constituídos em todo o território nacional deverão recolher, através de depósitos bancários identificados ou boletos bancários, para o Diretório Nacional, a Contribuição Partidária Estadual.

Parágrafo Único. Não se admitirá quaisquer outras formas de contribuição que não sejam as previstas no "caput" deste artigo.

Art. 88. Caberá, e será de inteira responsabilidade do Diretório Nacional, através da Comissão Executiva Nacional, discutir e aprovar os valores correspondentes à Contribuição Partidária Estadual.

Art. 89. As Contribuições Partidárias Estaduais já estabelecidas através de discussões e aprovações serão mantidas, cabendo às Direções Estaduais o cumprimento ao que dispõe o artigo 87 deste Estatuto.

CAPÍTULO IV - DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS

Art. 90. O Diretório Municipal será composto de no mínimo 11 (onze) e no máximo 29 (vinte e nove) membros, incluído o líder da bancada na Câmara de Vereadores.

Art. 91. Somente poderão participar das Convenções Partidárias para escolha dos membros efetivos e suplentes e dos delegados do Diretório Municipal os filiados ao Partido até 15 (quinze) dias antes da realização da mesma.

Art. 92. O Diretório delibera com a presença da maioria de seus membros.

§1º. A convocação do Diretório obedecerá aos requisitos constantes do artigo 27 deste Estatuto.

§2º. Na hipótese de vaga, por morte, renúncia ou impedimento legal, o suplente assumirá automaticamente para completar a composição do órgão.

Art. 93. Perderá o mandato, automaticamente, o membro do Diretório que, sem justificativa, faltar a 05 (cinco) reuniões consecutivas, regularmente convocadas, cabendo a Comissão Executiva Municipal declarar a perda do respectivo mandato.

SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS

Art. 94. Compete aos Diretórios Municipais:

- I - supervisionar a vida do Partido, visando ao cumprimento de suas finalidades;
- II - fiscalizar a execução das deliberações da Convenção;
- III - julgar os recursos que lhes sejam interpostos dos atos e decisões da Comissão Executiva;
- IV - estabelecer diretrizes políticas não contrárias às fixadas pelos órgãos hierarquicamente superiores do Partido;
- V - aprovar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual;
- VI - deliberar sobre relatórios políticos e os atos praticados pela Comissão Executiva submetidos a seu exame.

SEÇÃO II - DAS COMISSÕES EXECUTIVAS MUNICIPAIS

Art. 95. A Comissão Executiva Municipal é composta dos seguintes cargos:

- I - Presidente;

- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário-Geral;
- IV - Primeiro Secretário;
- V - Tesoureiro-Geral;
- VI - Primeiro Tesoureiro;
- VII - Líder da Bancada na Câmara de Vereadores;
- VIII - Dois suplentes.

§1º. O Suplente será convocado para as reuniões, na medida em que seja necessário para completar a composição do órgão.

§2º. Na hipótese de vaga, por morte, renúncia ou impedimento legal na Comissão Executiva, o Diretório dentro de 30 (trinta) dias, elegerá o substituto dentre seus membros efetivos.

Art. 96. A Comissão Executiva reunir-se-á mediante convocação em data previamente estabelecida, nos termos constantes do presente estatuto, e, extraordinariamente, sempre que necessário pelo Presidente.

Parágrafo Único. Perderá, automaticamente, as funções na Comissão Executiva, o membro que deixar de comparecer sem justificativa a 05 (cinco) reuniões consecutivas.

SEÇÃO III - DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES EXECUTIVAS MUNICIPAIS

Art. 97. Compete às Comissões Executivas Municipais:

- I - fiscalizar e administrar o Partido em sua área de competência, visando seu fortalecimento e a consecução de suas finalidades;
- II - convocar a Convenção e o Diretório Municipal para os fins descritos neste Estatuto e quando necessário;
- III – enviar, quando necessário, ao Diretório Estadual, cópias das atas da eleição do Diretório e da Comissão Executiva Municipal, formalizadas para os fins de registro junto ao Tribunal Regional Eleitoral;
- IV - promover o registro dos candidatos do Partido a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores às eleições municipais, junto à Justiça Eleitoral, na área de sua competência;
- V - propor ao Diretório a aplicação das penas disciplinares a filiados do Partido;
- VI - encaminhar ao Diretório Estadual na segunda quinzena dos meses de abril e outubro a relação atualizada dos filiados do Partido no seu Município;
- VII - elaborar o orçamento financeiro e o balanço contábil anual, submetendo à apreciação do Diretório;
- VIII - encaminhar a prestação de contas até 30 de abril de cada ano ao Juiz Eleitoral competente.

Art. 98. A competência dos membros das Comissões Executivas Municipais equipara-se à competência dos membros da Comissão Executiva Nacional, restringindo as ações tomadas ao Município ou Zonal.

SEÇÃO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 99. Para que o crescimento e a consolidação do Partido nos municípios encontrem sucesso, os Parlamentares eleitos pelo PSL deverão ter preferência para presidir os Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais.

Art. 100. Os Diretórios Municipais e as Comissões Provisórias Municipais constituídas em todo o território nacional deverão recolher, através de depósitos bancários identificados ou boletos bancários, para as suas respectivas Direções Estaduais, sejam Diretórios ou Comissões Provisórias, a Contribuição Partidária Municipal.

§ 1º. No Distrito Federal aplicar-se-á a contribuição partidária às Regiões Administrativas.

§ 2º. Não se admitirá quaisquer outras formas de contribuição que não sejam as previstas no "caput" deste artigo.

Art. 101. Caberá, e será de inteira responsabilidade das Direções Estaduais, discutir e aprovar os valores correspondentes à Contribuição Partidária Municipal, eximindo-se a Direção Nacional do PSL de quaisquer responsabilidades sobre as mesmas.

Art. 102. As Direções Estaduais deverão, tão logo se discuta e aprove a Contribuição Partidária Municipal, encaminhar à Secretaria Geral Nacional do PSL cópia da ata que aprovou os critérios e valores adotados para a aplicação da mesma.

Art. 103. As Direções Estaduais deverão encaminhar trimestralmente à Secretaria Geral Nacional do PSL relação contendo nomes das cidades e respectivos valores recolhidos no período.

Art. 104. Nos Estados onde já se aplica a Contribuição Partidária Municipal, estabelecida através de discussões e aprovações estaduais, serão mantidos os critérios adotados, cabendo às Direções Estaduais o cumprimento ao que dispõe os artigos 102 e 103 deste Estatuto.

CAPÍTULO V - DAS IMPUGNAÇÕES ÀS CHAPAS PARA DIRETÓRIOS

Art. 105. Nas eleições dos Diretórios estaduais e municipais, qualquer filiado poderá impugnar, perante a Comissão Executiva pertinente, em petição fundamentada, o pedido de registro de chapas, nos seguintes termos:

I - a impugnação, ainda que o pedido haja sido requerido antes do prazo previsto, será feita dentro de 05 (cinco) dias após a data fixada, tendo os impugnados igual prazo para contestar;

II - decorrido o prazo de contestação, a Comissão Executiva competente decidirá, nas 24 (vinte e quatro) horas subseqüentes;

III - na hipótese de tratar-se de candidatos de chapa, cujos registros sejam denegados, poderão ser substituídos no dia imediato à decisão;

IV - a chapa para o Diretório Estadual e Municipal será indeferida de pleno pela Comissão Executiva Estadual e Municipal, respectivamente, se não atender às formalidades deste Estatuto;

V - no caso de registro de chapa para convenção ao Diretório Nacional as impugnações serão dirigidas à Comissão Executiva Nacional.

CAPÍTULO VI - DA REPRESENTAÇÃO DO PARTIDO PERANTE A JUSTIÇA ELEITORAL

SEÇÃO I - DA SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA

Art. 115. A Secretaria de Formação Política é um órgão de cooperação destinado à educação política e à formação de quadros para o Partido, sendo composta pelo Secretário de Formação Política.

Art. 116. Compete à Secretaria de Formação Política:

I - desenvolver, organizar e realizar eventos específicos voltados à formação política dos filiados do Partido;

II - organizar e realizar cursos, palestras, seminários, congressos, oficinas e outros eventos, visando o aprimoramento da militância do Partido;

III - praticar os atos relacionados à formação de quadros para o Partido e seus órgãos.

SEÇÃO II - DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Art. 117. A Secretaria de Assuntos Jurídicos é um órgão de cooperação destinado ao atendimento das práticas jurídicas internas e externas do Partido.

Art. 118. Compete à Secretaria de Assuntos Jurídicos:

I - organizar e manter em dia os atos relativos às questões jurídicas relacionados ao Partido junto a Justiça;

II - propor ao Presidente Nacional e Secretário-Geral Nacional as providências que se fizerem necessárias à boa marcha aos atos Jurídicos do Partido;

III - assessorar o Presidente e a Comissão Executiva Nacional na interpretação e práticas de questões jurídicas;

IV - atender filiados nas informações sobre o andamento de processos em tramitação no Conselho de Ética, Fidelidade e Disciplina Partidária;

V - representar juridicamente o Partido em todas as ações judiciais.

SEÇÃO III - DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Art. 119. A Secretaria de Relações Internacionais é um órgão de cooperação destinado a participação, realização e organização de atividades internacionais, intercâmbio do Partido com instituições estrangeiras e conhecimento internacional político-partidária.

Art. 120. Compete à Secretaria de Relações Internacionais:

I - estabelecer atos relacionados às relações internacionais do Partido;

II - desenvolver um Programa Internacional de Intercâmbio recíproco entre instituições com o Partido;

III - manter a Comissão Executiva Nacional informada sobre as atividades internacionais do Partido e agenda de reuniões com autoridades internacionais com membros do Partido;

IV - representar o Partido em reuniões internacionais;

V - desenvolver manifestos e posicionamentos do Partido para aprovação da Comissão Executiva Nacional sobre questões internacionais.

SEÇÃO IV - DA SECRETARIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Art. 121. A Secretaria de Assuntos Parlamentares é um órgão de cooperação destinado à comunicação entre o Partido e seus parlamentares majoritários federais, estaduais e municipais, deputados federais, deputados estaduais e vereadores referentes aos seus trabalhos e projetos.

Art. 122. Compete à Secretaria de Assuntos Parlamentares:

I - acompanhar a tramitação de proposições dos deputados do Partido no Congresso Nacional e manter a Comissão Executiva Nacional informada sobre as atividades parlamentares do Partido;

II - planejar, organizar e realizar eventos envolvendo os parlamentares do Partido objetivando a troca de experiências.

CAPÍTULO IV - DOS DEPARTAMENTOS

Art. 123. Os departamentos Trabalhista, Estudantil, Feminino, Jovem, Melhor Idade, Ambiental e Rural são órgãos cooperativos de ação específica do Partido, que decidirão sobre sua estrutura e funcionamento, observando o disposto neste Estatuto, nas Resoluções Internas e no Regimento Interno, e se ocuparão da organização e da elaboração de projetos de políticas específicas de suas militâncias, em todas as instâncias partidárias.

CAPÍTULO V - DO INSTITUTO OU FUNDAÇÃO DO PARTIDO

Art. 124. O Instituto ou Fundação de Pesquisas, Doutrinação e Educação Política é um órgão de cooperação, instituído pelo PSL, destinado a estimular e promover o debate, a pesquisa e a divulgação das questões teóricas vinculadas ao processo democrático e ao avanço social, a realizar cursos e palestras, bem como a se articular com o mundo da cultura.

§1º. O Instituto ou Fundação definirá sua própria estrutura interna e funcionamento por decisão dos seus integrantes, observando-se a legislação específica.

§2º. O Instituto ou Fundação, sem perda de sua autonomia, deverá comunicar ao Diretório Nacional do PSL sua constituição, deliberações e atividades.

§3º. O Instituto ou Fundação é autorizada a receber recursos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) para manutenção e execução de suas atividades de doutrinação e educação política, devendo prestar contas à Comissão Executiva Nacional do PSL e ao Ministério Público da comarca onde for sediada, na forma da lei.

§4º. O Instituto ou Fundação e o PSL, em cada início de ano, deverão elaborar projetos consensuais para o exercício, decorrentes das verbas recebidas do Fundo Partidário.

§5º. O Instituto ou Fundação terá prestação de contas totalmente desvinculada da do Partido e este não poderá contabilizar em sua prestação de contas qualquer recebimento ou dispêndio referente àquela, conforme determina o artigo 2º, inciso V da Resolução TSE n.º 21.841/2004.

CAPÍTULO VII - DAS BANCADAS PARLAMENTARES

Art. 125. Os parlamentares do Partido nas Casas Legislativas em conjunto com os membros das Comissões Executivas de níveis correspondentes elaborarão o Regimento Interno das bancadas e o modo como constituirão suas lideranças.

Parágrafo Único. O integrante da bancada do Partido subordinará sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e programáticos deste Estatuto e às diretrizes legitimamente estabelecidas.

Art. 126. O parlamentar que, pela atitude ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas no Regimento Interno da Bancada, neste Estatuto e em outras que por ventura poderão ser fixadas, estará sujeito às seguintes medidas disciplinares:

I - desligamento temporário da bancada;

II - suspensão do direito de voto nas reuniões internas;

III - perda das prerrogativas junto à bancada e ao Partido;

IV - perda do cargo e função que esteja exercendo em decorrência da representação e da proporcionalidade partidária nas respectivas Casas Legislativas.

Parágrafo Único. Da decisão que impuser pena disciplinar nos termos deste Estatuto caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias ao órgão hierarquicamente superior.

Art. 127. O parlamentar que deixar o Partido perderá automaticamente a função ou cargo que estiver exercendo na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária.

TÍTULO VIII - DA DISCIPLINA E FIDELIDADE PARTIDÁRIA

CAPÍTULO I - DA DISCIPLINA

Art. 128. O filiado do Partido que tiver conhecimento de infração disciplinar definida neste Estatuto deverá comunicar o órgão onde a mesma ocorreu.

Parágrafo Único. Recebida a representação, o órgão partidário dará ciência ao infrator para que ele conteste no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 129. Estão sujeitos a medidas disciplinares, na forma deste Estatuto:

I - os órgãos de ação, direção e cooperação;

II - os membros do Partido em geral;

III - os parlamentares;

IV - os filiados.

Art. 130. As medidas disciplinares previstas para os órgãos de direção, de ação e de cooperação são as seguintes:

I - advertência;

II - intervenção com dissolução do órgão partidário.

Parágrafo Único. Aplica-se a advertência às infrações primárias de falta ao dever de disciplina e negligência dos interesses do Partido.

Art. 131. Poderá ocorrer intervenção com dissolução de órgão partidário de direção, ação ou de cooperação nos casos de:

I - violação do Estatuto, do Programa, da Ética, Fidelidade e Disciplina, bem como desrespeito a deliberação regularmente tomada pelos órgãos superiores do Partido;

II - impossibilidade de resolver-se grave divergência entre seus membros;

III - má gestão financeira;

IV - descumprimento das finalidades do órgão, com prejuízo para o Partido.

Art. 132. Da decisão cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias para o Diretório hierarquicamente superior e para a Convenção Nacional, se o ato for do Diretório Nacional.

Art. 133. As medidas disciplinares previstas para os membros e para os filiados do Partido são:

I - advertência;

II - suspensão por 03 (três) dias a 12 (doze) meses;

III - suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições partidárias;

IV - destituição de função em órgão partidário;

V - expulsão.

§1º. Aplicam-se a advertência e a suspensão às infrações primárias de falta ao dever de disciplina.

§2º. Incorre na destituição de função em órgão partidário o responsável por improbidade ou má exação no exercício de cargo ou função pública ou partidária.

§3º. Ocorre a expulsão por inobservância dos princípios programáticos, infração grave às disposições de lei e do Estatuto, infidelidade partidária ou qualquer outra em que se reconheça extrema gravidade.

§4º. As medidas disciplinares de suspensão e destituição implicam na perda de qualquer delegação que o membro do Partido haja recebido.

Art. 134. A dissolução do órgão partidário, a expulsão ou perda de função de um ou mais de seus integrantes somente se verificará mediante deliberação por maioria absoluta dos membros do Diretório imediatamente superior.

§1º. Da decisão que impuser pena disciplinar caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias para o órgão hierarquicamente superior.

§2º. Da decisão absolutória haverá recurso, de ofício, para o órgão hierarquicamente superior.

CAPÍTULO I - DA FIDELIDADE

Art. 135. Considera-se violada a fidelidade partidária pelo filiado quando o mesmo não cumprir o que determina o art. 17 deste Estatuto ou quando o eleito pelo partido:

I - após a eleição, antes ou depois da diplomação ou no exercício do mandato, por ação ou por omissão, contrarie o Estatuto do partido, o programa partidário, o código de ética e as decisões partidárias;

II - não seguir a orientação partidária, fixada em fechamento de questão, em reunião previamente convocada para tal fim nos termos do estatuto, ainda que não comparecendo à

reunião do partido ou da bancada, faltando à sessão legislativa, ausentando-se momentaneamente do plenário (abstenção indireta) ou abstendo-se de votar (omissão);

III - após a eleição, recuse-se, omita-se ou deixe de apoiar e empenhar-se publicamente nas campanhas eleitorais dos candidatos do partido, ou apóie, direta ou indiretamente, candidatos de outros partidos, ressalvado o caso de coligação majoritária.

Parágrafo Único. A violação da fidelidade partidária é considerada falta grave, passível de expulsão e qualquer descumprimento ao que determina os artigos desse Estatuto será passível de procedimento administrativo junto ao Conselho de Ética.

Art. 136. O mandato eletivo, seja ele decorrente de eleição proporcional ou de eleição majoritária, obtido em eleições federais, estaduais, municipais ou distritais, pertence ao Partido.

Art. 137. O filiado que, eleito pela legenda, venha a se desligar do partido no curso do mandato ou punido com expulsão e conseqüente cancelamento da filiação partidária perderá automaticamente o mandato para o qual foi eleito.

Art. 138. As Comissões Executivas ou Comissões Provisórias e as respectivas Bancadas são solidariamente responsáveis pela estrita obediência ao princípio da fidelidade partidária.

Art. 139. O Presidente do Diretório Municipal ou da Comissão Provisória Municipal é obrigado, no prazo improrrogável de 07 (sete) dias, a:

I - comunicar ao Diretório Estadual ou a Comissão Provisória Estadual a ocorrência de desfiliação partidária por parte de mandatário eleito pelo PSL ou de mandatário eleito por partido coligado, no âmbito de seu município;

II - enviar a certidão da desfiliação fornecida pelo cartório eleitoral da comarca e

III - outros documentos comprobatórios da desfiliação, tais como: cartas, ofícios, entrevistas em jornais ou revistas.

§1º. Caso descumprida a determinação, a Comissão Executiva Estadual ou Comissão Provisória Estadual decretará a imediata dissolução do Diretório Municipal ou da Comissão Provisória Municipal, na forma deste Estatuto.

§2º. Nos municípios onde não exista Diretório ou Comissão Provisória Municipal constituído, a obrigação de que trata este artigo será do Diretório ou Comissão Provisória Estadual.

Art. 140. Com base na informação de que trata o artigo 137, o Presidente do Diretório ou Comissão Provisória Estadual é obrigado a ingressar, no prazo improrrogável de 07 (sete) dias, com o pedido de instauração de procedimento no Tribunal Regional Eleitoral, na forma disciplinada por Resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

Parágrafo Único. Caso descumprida a determinação do *caput* deste artigo, a Comissão Executiva Nacional decretará a imediata dissolução do Diretório ou Comissão Provisória Estadual, na forma deste Estatuto e ingressará, no prazo máximo de 07 (sete) dias, com o pedido de instauração de procedimento, na forma disciplinada por Resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

SEÇÃO I - DO PROCEDIMENTO

Art. 141. O procedimento para apuração do ato de infidelidade partidária praticado por detentor de mandato eletivo observará o que determina o Código de Ética, Disciplina e Fidelidade Partidária do PSL.

Art. 142. Caso inexista Conselho de Ética, a Comissão Executiva ou a Comissão Provisória designará, desde logo, uma Comissão de Ética para processar e emitir parecer conclusivo.

Art. 143. Na reunião de julgamento, aberta a sessão, o Presidente fará um relato da representação e dará oportunidade para que o representante e representado façam uso da palavra, pelo prazo de 15 (quinze) minutos.

§1º. Em seguida, abrirá espaço para esclarecimentos dos membros da Executiva.

§2º. Encerrada a fase de esclarecimentos, o parecer entrará em regime de votação.

§3º. Será considerado aprovado o parecer que contar com o voto da maioria absoluta dos membros da Executiva.

§4º. Se a decisão for pela não caracterização da infidelidade partidária fica vedada a renovação do pedido, na mesma legislatura, pelos mesmos fundamentos.

§5º. Se a decisão for pela caracterização da infidelidade partidária, o Diretório ou Comissão Provisória Estadual aplicará a pena na gradação ditada pelo art. 133 deste Estatuto.

§6º. O representado dar-se-á por cientificado na mesma reunião, o que constará em ata.

§7º. Da decisão que acolher ou rejeitar a representação por infidelidade partidária cabe recurso nos termos dos artigos do Código de Ética, Disciplina e Fidelidade Partidária do PSL.

§8º. Caso o representado não compareça na reunião do Diretório, o Secretário providenciará a imediata comunicação por escrito, com aviso de recebimento, que será arquivada no âmbito partidário.

§9º. Será lavrada ata circunstanciada da reunião, que será submetida à aprovação dos presentes em seu término.

§10º. No caso de expulsão, será extraída cópia fiel de todo o processo e encaminhado mediante ofício ao Presidente do Partido da instância imediatamente superior para que este adote as providências cabíveis junto à Justiça Eleitoral, no prazo máximo de 07 (sete) dias.

Art. 144. O relacionamento entre o Partido e os detentores de mandato será sempre formalizado através de correspondência escrita pessoal, que contenha a pauta, o local, a data e o horário da reunião. As deliberações tomadas na reunião serão sempre comunicadas por escrito aos detentores de mandato.

Art. 145. Todas as deliberações partidárias que impliquem na obediência ao princípio da fidelidade partidária serão:

- I - registradas em ata de modo claro e preciso, inclusive no tocante às penalidades;
- II - encaminhadas aos detentores de mandato e
- III - divulgadas no âmbito partidário.

TÍTULO IX - DAS FINANÇAS E DA CONTABILIDADE

CAPÍTULO I - DAS FINANÇAS

Art. 146. O patrimônio do Partido será constituído pelos bens móveis que venham a ser adquiridos, pelo Fundo Partidário, pelas contribuições, pelos auxílios, pelos donativos de pessoas físicas e jurídicas ou pelas rendas eventuais.

§1º. As contribuições, auxílios e donativos de pessoas físicas poderão ser efetuados todos os meses, no limite máximo de 200 (duzentos) salários mínimos.

§2º. As contribuições, auxílios e donativos de pessoas jurídicas são as previstas no § 4º do art. 39 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

§3º. No caso de dissolução do PSL o seu patrimônio será revertido ao Instituto ou Fundação criada pelo Partido.

Art. 147. Os parlamentares eleitos pelo Partido para a Presidência e/ou Vice-Presidência da República, Governadores e/ou Vice-Governadores de Estado, Senadores e/ou Suplentes de Senadores, Deputados Federais e/ou Suplentes de Deputados Federais, Deputados Estaduais e/ou Suplentes de Deputados Estaduais, Prefeitos e/ou Vice-Prefeitos e Vereadores e/ou Suplentes de Vereadores poderão contribuir, a título de contribuição parlamentar, com as Direções Estaduais do Partido, nos Estados em que foram eleitos, com 5% (cinco por cento) de seus vencimentos brutos:

I - O Diretório ou Comissão Provisória Estadual poderá requisitar Certidão de Vencimentos ao parlamentar, o qual deverá sempre atender a solicitação;

II - as contribuições deverão ser efetuadas por meio de depósito bancário identificado na conta corrente do Diretório ou Comissão Provisória Estadual até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento dos proventos ou serem pagas mediante boleto bancário;

III - a inadimplência gera infração disciplinar por infringir as regras estatutárias e deve ser motivo de representação junto ao Conselho de Ética, Fidelidade e Disciplina Partidária do PSL.

Art. 148. Os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais deverão informar, mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente, à Direção Nacional do Partido, através de relação, os nomes dos Parlamentares que contribuíram e suas respectivas cidades ou Estados, bem como os valores depositados na conta corrente bancária da Direção Estadual do PSL.

Parágrafo Único. Os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais deverão efetuar, através de depósito bancário identificado na conta corrente bancária do Diretório Nacional, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após transcorrer o prazo do depósito das contribuições dos parlamentares, o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do montante mensalmente arrecadado com as contribuições efetuadas pelos Parlamentares, a título de contribuição parlamentar estadual.

Art. 149. O Diretório Nacional do Partido, através de sua Comissão Executiva, poderá estabelecer por meio de Resolução Interna os valores mínimos de contribuição parlamentar e partidária estadual que deverão ser praticados por todos os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais.

Art. 150. Os filiados que exerçam funções na administração Pública direta ou indireta, de caráter temporário ou de confiança, de âmbito estadual ou federal, poderão contribuir, a título de contribuição partidária, com as Direções Estaduais do Partido, nos Estados cujas nomeações são pertinentes, com o valor correspondente a 5% (cinco por cento) de seus vencimentos brutos:

I - O Diretório ou Comissão Provisória Estadual poderá requisitar Certidão de Vencimentos ao filiado, o qual deverá sempre atender a solicitação;

II - as contribuições deverão ser efetuadas por meio de depósito bancário identificado na conta corrente do Diretório ou Comissão Provisória Estadual até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento dos proventos ou serem pagas mediante boleto bancário;

III – não se admite a consignação em folha de pagamento do filiado a título de contribuição partidária;

IV - a inadimplência gera infração disciplinar por infringir as regras estatutárias e deve ser motivo de representação junto ao Conselho de Ética, Fidelidade e Disciplina Partidária do PSL.

Art. 151. Os filiados que exerçam funções na administração Pública direta ou indireta, de caráter temporário ou de confiança, de âmbito municipal, poderão contribuir, a título de contribuição partidária, com as Direções Estaduais do Partido, nos Municípios cujas nomeações são pertinentes, com o valor correspondente a 5% (cinco por cento) de seus vencimentos brutos:

I - O Diretório ou Comissão Provisória Municipal poderá requisitar Certidão de Vencimentos ao filiado, o qual deverá sempre atender a solicitação;

II – não se admite a consignação em folha de pagamento do filiado a título de contribuição partidária;

III - a inadimplência gera infração disciplinar por infringir as regras estatutárias e deve ser motivo de representação junto ao Conselho de Ética, Fidelidade e Disciplina Partidária do PSL.

Art. 152. Os parlamentares eleitos pelo partido deverão informar, mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente, à Direção Estadual do Partido, através de relação, os nomes dos filiados (funcionários) ocupantes de cargos na Administração Pública e em seus respectivos gabinetes, seus cargos e valores brutos recebidos.

I - os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais deverão informar, mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente, à Direção Nacional do Partido, através de relação, os nomes dos filiados (funcionários) que contribuíram, bem como os valores depositados na conta corrente bancária da Direção Estadual do Partido;

II - os Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais deverão informar, mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente, à Direção Estadual do Partido, através de relação, os nomes dos filiados (funcionários) que contribuíram, bem como os valores depositados na conta corrente bancária da Direção Estadual do Partido;

III - Os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais deverão efetuar, através de depósito bancário identificado na conta corrente do Diretório Nacional, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após transcorrer o prazo do depósito das contribuições dos filiados (funcionários), o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do montante mensalmente arrecadado com as contribuições efetuadas pelos filiados (funcionários), a título de contribuição partidária estadual;

Art. 153. Os cargos de caráter temporário ou de confiança deverão ser, obrigatoriamente, exercidos por pessoas que estejam filiadas ao Partido até 15 (quinze) dias antes de suas nomeações, ficando vedado às Direções Estaduais e Municipais do PSL indicar quaisquer outras pessoas que não sejam filiadas ao Partido.

Art. 154. Aos Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais é facultada a implantação da contribuição partidária municipal, bem como a discussão e elaboração, através de Resolução Estadual, dos valores mínimos a serem arrecadados.

I - desde que estabelecida a contribuição partidária municipal, as Direções Estaduais do Partido deverão informar à Direção Nacional os critérios adotados para a sua implantação, o nome das cidades que contribuirão, bem como os valores estabelecidos para as mesmas;

II - uma vez implantada a contribuição partidária municipal, as Direções Estaduais deverão enviar, trimestralmente, à Direção Nacional do Partido a relação contendo os nomes das cidades que contribuíram naquele período, acompanhada dos respectivos valores depositados.

Art. 155. O Diretório Nacional poderá instituir e regulamentar através de Resolução Interna uma contribuição única para os candidatos do PSL a cargos eletivos majoritários ou proporcionais a níveis nacional, estadual e municipal que desejarem registrar suas candidaturas após as respectivas Convenções, tornando-se obrigatória a contribuição para a efetivação dos respectivos registros.

Art. 156. É vedado ao Partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I - entidade ou governo estrangeiro;

II - autoridade ou órgão público, ressalvadas as doações referentes ao Fundo Partidário;

III - autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista e fundações instituídas em virtude de lei e para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais;

IV - entidades de classe ou sindical.

CAPÍTULO II - DA CONTABILIDADE E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 157. O Partido, através de suas Comissões Executivas, manterá escrituração contábil de forma a permitir o conhecimento de suas receitas e a destinação de suas despesas.

Parágrafo Único. A elaboração de contas de que trata o *caput* será de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Art. 158. As Comissões Executivas elaborar-se-ão balancetes mensais e, anualmente, balanços gerais, a serem submetidos ao exame e apreciação dos Conselhos Fiscais, estes através de relatórios aos respectivos Diretórios.

Art. 159. Os balanços deverão conter, entre outros, os seguintes itens:

I - discriminação dos valores e destinação dos recursos oriundos do Fundo Partidário;

II - origem e valor das contribuições e doações;

III - despesas de caráter eleitoral, com a especificação e comprovação dos gastos com programas no rádio e televisão, comitês, propaganda, publicações, comícios e demais atividades de campanha.

Art. 160. A Justiça Eleitoral exercerá a fiscalização sobre a escrituração contábil e a prestação de contas do Partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo a observação das seguintes normas:

I - obrigatoriedade de constituição de comitês e designação de dirigentes partidários específicos para movimentar recursos financeiros nas campanhas eleitorais;

II - caracterização da responsabilidade dos dirigentes do Partido e comitês, inclusive do tesoureiro, que responderão civil e criminalmente por quaisquer irregularidades;

III - escrituração contábil com documentação que comprove a entrada e saída de dinheiro ou de bens recebidos e aplicados;

IV - obrigatoriedade de ser conservada pelo Partido a documentação comprobatória de suas prestações de contas, por prazo não inferior a cinco anos;

V - obrigatoriedade de prestação de contas, pelo Partido, seus comitês e candidatos, no encerramento da campanha eleitoral, com o recolhimento imediato à tesouraria do Partido dos saldos financeiros eventualmente apurados.

Art. 161. O Partido estará obrigado a enviar, anualmente à Justiça eleitoral a prestação de contas do exercício findo, até o dia 30 de abril do ano seguinte.

§1º. O balanço contábil de que trata o caput será examinado pelo conselho Fiscal e submetido à votação do Diretório.

§2º. O balanço contábil do Diretório Nacional será enviado ao Tribunal Superior Eleitoral, dos Diretórios Estaduais aos Tribunais Regionais eleitorais e dos Diretórios Municipais e Zonais aos Juízes Eleitorais.

§3º. No ano em que ocorrerem eleições, o Partido deverá enviar balancetes mensais à Justiça eleitoral, durante os quatro meses anteriores e os dois meses posteriores ao pleito, de acordo com instruções especiais a serem elaboradas pelo Tribunal Superior Eleitoral (Lei nº 9.096/95, art. 32, § 3º).

CAPÍTULO III - DO FUNDO PARTIDÁRIO

Art. 162. Os recursos do Fundo Partidário destinados ao Partido serão depositados em estabelecimentos bancários controlados pelo Poder Público Federal, pelo Poder Público Estadual ou, inexistindo estes, o banco escolhido pelo órgão diretivo do Partido.

Art. 163. A cota do Fundo Partidário será distribuída aos diretórios, obedecidos aos seguintes critérios:

I - 60% (sessenta por cento) para o Diretório Nacional;

II - 20% (vinte por cento) para o Instituto ou Fundação do Partido;

III - 15% (quinze por cento) para os Diretórios Regionais que atendam aos seguintes requisitos:

a) estejam regularmente constituídos perante o Tribunal Regional Eleitoral de seu respectivo Estado;

b)

c) estejam em dia com a contribuição partidária estadual junto ao Diretório Nacional;

d)

e) estejam em dia com a prestação de contas anual perante a Justiça Eleitoral, estando ela em análise ou devidamente aprovada.

f)

IV - 05% (cinco por cento) para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

§1º. Caso nenhum órgão preencha os requisitos exigido nas alíneas do inciso III deste artigo, a Comissão Executiva Nacional, mediante análise do desempenho político eleitoral do PSL em

cada Estado, poderá repassar o percentual previsto ou reverter para os gastos com o próprio Diretório Nacional.

§2º. Os Diretórios Regionais poderão abdicar à sua cota parte através de declaração emitida para o Diretório Nacional.

§3º. Não havendo interesse do Diretório Estadual em receber a cota que tem direito, esta reverterá ao Diretório Nacional.

§4º. Os Diretórios Regionais que não atendam ao disposto no inciso III e suas alíneas deste artigo ou que não abdicarem repassarão 50% (cinquenta por cento) de sua cota correspondente para os Diretórios Municipais que estejam regularmente constituídos no TRE de seu respectivo Estado e no Juízo Eleitoral da sua cidade, que estejam em dia com a contribuição partidária municipal junto ao Diretório Estadual e que estejam em dia com a prestação de contas anual perante a Justiça Eleitoral, estando ela em análise ou devidamente aprovada.

§5º. Os Diretórios Municipais poderão abdicar à sua cota parte através de declaração emitida para o Diretório Estadual.

§6º. Não havendo interesse do Diretório Municipal em receber a cota que tem direito, esta reverterá ao Diretório Estadual.

Art. 164. O Fundo Partidário e sua aplicação serão disciplinados por instruções específicas do Tribunal Superior Eleitoral (Lei nº 9.096/95, arts. 38 a 44).

TÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO I - DAS CAMPANHAS ELEITORAIS E SUAS DESPESAS

Art. 165. Instalado o processo eleitoral a Comissão Executiva Nacional expedirá resolução estabelecendo normas para escolha dos candidatos do Partido às eleições gerais para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado, Prefeito e Vice-Prefeito Municipal, Senador e respectivos suplentes, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador, nos termos deste Estatuto e de acordo com disposições estabelecidas em Lei Eleitoral.

Art. 166. Realizada a Convenção para a escolha de candidatos a cargos eletivos, os respectivos diretórios fixarão as quantias máximas a despender na propaganda partidária e na dos candidatos, organizando o orçamento da campanha.

Art. 167. Para efeito de fixação de despesas com propaganda partidária e de candidatos, deverão ser levados em conta, dentre outros elementos:

I - o programa a ser desenvolvido;

II - a extensão da campanha e meios a serem mobilizados;

III - o orçamento partidário e os orçamentos individuais dos candidatos.

Art. 168. A falta de prestação de contas de campanha ou sua desaprovação total ou parcial implica à suspensão de novas cotas do Fundo Partidário e sujeitará os responsáveis às penas da lei, cabíveis na espécie, aplicado também o disposto no *caput* do art. 37 da Lei nº 9.096/95 (Resolução nº 19.406/95, art. 55).

Art. 169. Os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais e Municipais deverão, prioritariamente, lançar chapas completas de candidatos do Partido para disputarem as eleições.

Art. 170. Só serão permitidas coligações proporcionais com a participação do PSL se respeitada a divisão igualitária das legendas disponíveis entre os Partidos integrantes das mesmas.

Art. 171. Os casos que não se enquadrem no artigo 170 deste Estatuto deverão ser discutidos entre os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais e o Diretório Nacional, em se tratando de eleições estaduais, e entre os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais e os Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais, em se tratando de eleições municipais.

Art. 172. Mesmo comprovando que os interesses do Partido não estão sendo prejudicados, os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais têm autonomia em sua região e o Diretório Nacional autonomia no país inteiro, para abrir precedentes nas coligações realizadas.

Art. 173. Os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais e Municipais deverão solicitar, por escrito, acompanhado das razões, respectivamente, autorização do Diretório Nacional, em se tratando de eleições estaduais, ou autorização do Diretório ou Comissão Provisória Estadual, em se tratando de eleições municipais, para a participação do PSL em coligações que não atendam ao disposto no artigo 170 deste Estatuto.

§1º. Os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais, quando se tratar de eleições estaduais, deverão, obrigatoriamente, informar ao Diretório Nacional sobre as coligações proporcionais e majoritárias efetuadas em seus respectivos Estados.

§1º. Os Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais, quando se tratar de eleições municipais, deverão, obrigatoriamente, informar aos seus respectivos Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais sobre as coligações proporcionais e majoritárias efetuadas em suas respectivas cidades.

Art. 174. As sobras de campanha dos Diretórios Estaduais e Municipais, dos Comitês Financeiros Estaduais e Municipais e dos Candidatos devem ser depositadas, por meio de depósito bancário identificado na conta corrente do Diretório ou Comissão Provisória Estadual do PSL.

Art. 175. Após o recebimento do depósito, o Diretório ou Comissão Provisória Estadual deverá enviar ao Diretório Nacional relação contendo as informações com o nome do depositante, o local onde concorreu, o cargo a que concorreu, o CNPJ de campanha e o valor individual especificado, juntamente com a cópia da guia de depósito que a Direção Estadual efetuará, por meio de depósito bancário identificado, na conta corrente da Direção Nacional.

I - no caso do Diretório ou Comissão Provisória Estadual não possuir conta corrente bancária, a Direção Estadual, por meio de autorização escrita impressa em duas vias, deverá autorizar os Candidatos ou Comitês Financeiros a efetuarem o depósito identificado na conta corrente do Diretório Nacional do Partido;

II - ocorrendo o caso do *caput* deste artigo, o Diretório ou Comissão Provisória Estadual não ficará isento de enviar ao Diretório Nacional a relação contendo os nomes dos municípios e seus candidatos que depositaram as sobras de campanha e seus respectivos valores e enviar juntamente com as autorizações e as guias de depósitos para a Direção Nacional.

Art. 176. Caberá aos Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais a responsabilidade quanto ao controle dos depósitos e a obtenção dos dados para enviar a relação contendo o nome do depositante, o local onde concorreu, o cargo a que concorreu, o CNPJ de campanha e o valor individual especificado.

Art. 177. O prazo, improrrogável, para os Diretórios ou Comissões Provisórias Estaduais enviarem a relação especificada no *caput* do artigo 175 relativamente aos depósitos de sobras de Campanha anuais será sempre o dia 31 do mês de janeiro de cada ano subsequente ao das eleições.

Art. 178. A Direção Nacional, após recebimento em sua conta corrente bancária de todos os depósitos efetuados, sejam pelos Comitês Financeiros, Candidatos, Diretórios ou Comissões Provisórias, providenciará a transferência dos valores para a conta corrente bancária da Fundação instituída pelo Partido, reunindo todas as informações enviadas para corroborar a prestação de contas anual partidária.

Art. 179. O Diretório Nacional poderá determinar e regulamentar, através de Resolução Interna, que os Diretórios ou Comissões Provisórias Municipais alcancem uma percentagem mínima de votos válidos em suas respectivas cidades para a legenda 17 nas eleições para cargos proporcionais a níveis nacional, estadual e municipal.

Art. 180. Os recibos eleitorais das eleições majoritárias e proporcionais serão confeccionados pelo Diretório Nacional e encaminhados aos Diretórios ou Comissões Provisórias Regionais para serem distribuídos aos seus comitês financeiros e candidatos.

I - nenhum diretório ou comissão provisória regional, comitê financeiro e candidato tem autorização para confeccionar recibos sem a autorização do Diretório Nacional;

II - qualquer recibo utilizado em desconformidade com este artigo será de inteira responsabilidade do emitente;

III - o procedimento de confecção e distribuição será regulamentado por Resolução Interna do partido.

CAPÍTULO II - DA FUSÃO, INCORPORAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 181. O Diretório Nacional fixará normas especiais no caso de fusão, incorporação, extinção e destinação de seu patrimônio.

CAPÍTULO III - DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA E DO ESTATUTO

Art. 182. Nenhuma proposta de alteração total ou parcial do Programa e do Estatuto será submetida à Convenção Nacional, sem prévia aprovação da maioria absoluta dos membros do Diretório Nacional, após publicação com, no mínimo 30 (trinta) dias antes de sua realização e a sua ampla divulgação entre seus órgãos e filiados do projeto.

Parágrafo Único. O Programa e o Estatuto serão alterados sempre que for necessário e para os fins de adaptar-se à Constituição Federal e às normas legais.

Art. 183. Este Estatuto entrará em vigor após o seu registro no cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal.

Após lido e transcrito o Estatuto, com as alterações propostas, o Sr Presidente deixou livre a palavra para quem dela quisesse fazer uso. Como não houve manifestação, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, e cuja Ata vai assinada pelo Presidente, por mim, Secretário Geral e pelo advogado nacional do partido.

Brasília/DF, 21 de dezembro de 2011.

LUCIANO CALDAS BIVAR

ENIO SIQUEIRA SANTOS
Advogado – OAB/PE 23.960



PRESIDÊNCIA/SGM

Representação do Partido Social Liberal (PSL), protocolizado em 12/06/2019, em desfavor dos Senhores Deputados EDMILSON RODRIGUES (PSOL) e EXPEDITO NETTO (PSD). Imputação da prática de atos incompatíveis com o decoro parlamentar.

Em 28/06/2019

Numere-se, publique-se e encaminhe-se ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.



RODRIGO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados

